

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO

CAMPUS BAIXADA SANTISTA

CAMILLE CONTRERAS MARTINS MONTEIRO DA COSTA MESQUITA

**POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E
SAÚDE E LEGADOS DOS MEGAEVENTOS
ESPORTIVOS**

Santos

2019

CAMILLE CONTRERAS MARTINS MONTEIRO DA COSTA MESQUITA

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE, LAZER E SAÚDE E LEGADOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como parte dos
requisitos curriculares para obtenção do título de
bacharel em Educação Física.

Orientador: Profa. Dra. Nara Rejane Cruz de Oliveira

Santos

2019

Dedicatória

À universidade pública. Se chego ao fim desse processo é graças a esse espaço. Foram quatro anos de intensa transformação e que não seriam finalizados com êxito se ocorressem sob qualquer outra circunstância. Aqui me conheci, me entendi e me possibilitei, coisas que só foram possíveis devido à pluralidade, liberdade e acolhimento desse espaço. Fui para fora de Santos sem nem ter que sair do lugar, mas às vezes saindo. Fui para fora de mim e mais para dentro também, mesmo que às vezes pra fora ou pra dentro demais. E, por fim, só foi possível seguir quatros anos no curso de Educação Física por ser aqui, num curso interdisciplinar e de modalidade saúde.

Agradecimentos

Aos meus pais, Paula e Victor, por tudo e tanto que nem cabe em palavras. Mas principalmente pela flexibilidade e rigidez que nossa relação é pautada. Venho conquistando a liberdade de costurar a vida como vejo que deve ser, nisso a flexibilidade aparece. Mas não há ponto sem nó nessa tal costura, porque aí vem a rigidez que falo. Foi nesse remendar e fuxicar que minha graduação aconteceu e sem a força de vocês eu teria desistido nos primeiros meses. E nos meses do meio. E nos últimos. Para além disso, graças a vocês tive condições concretas de realizar meu curso: com comida, lugar para dormir, colo quando necessário, empurrões quando preciso, filmes na cama e caronas às cinco da manhã. Agradeço imensuravelmente.

Agradeço à Professora Nara, minha orientadora. Já são dois anos juntas nessa pesquisa. Cada hora uma está na lua para que a outra permaneça na terra, porque precisamos de equilíbrio, né. Obrigada pela paciência, cuidado, orientações, dicas, *feedbacks* e, principalmente, pelo bom humor e leveza que atravessam sua companhia e seu papel de orientadora e professora. Acredito que meus processos de Iniciação Científica, congressos e Trabalho de Conclusão de Curso foram suaves graças ao seu jeito de lidar com a ciência.

Agradeço à família que fiz na UNIFESP, mais um fator fundamental para que eu conseguisse permanecer e produzir durante esses quatro anos. Em grande parte, pessoas de outros cursos me rodeiam, o que é fundamental para uma troca tão rica e potente que vem e vai seguir ocorrendo. Agradeço por cada afeto no corredor, nas escadas, nas salas de aula, no saguão, no auditório durante os ensaios da Repicapau, na Tia Ana, na Tribal, em Barra Bonita, em Registro e agora em Cruzeiro. Agradeço por cada mundo novo que conheci através da voz, corpo e olhos de vocês.

Agradeço à minha companheira, Giovanna. Você acompanhou o processo dessa pesquisa desde o início. E, mais do que isso, você acompanhou os dois anos finais da minha graduação, os mais turbulentos. Obrigada por tanto apoio e motivação, me ver pelos seus olhos e me ler através das suas palavras fez com que eu me visse como capaz e como uma mulher inteligente, me dando força para realizar e finalizar essa pesquisa e a graduação. Agradeço imensamente.

Epígrafe

Os movimentos e atos criam outras cidades possíveis, onde o patrimônio é feito de sujeitos. Cidades móveis, temporárias (zonas autônomas), mas constantemente se reconstruindo e reinsurgindo em toda parte, porque não podem ser inteiramente demolidas, porque não há líderes a serem depostos, porque se compõem de múltiplos corpos, porque ecoam até no silêncio (PROVASI, 2016).

RESUMO

O termo megaevento esportivo designa competições esportivas internacionais de ampla escala cultural e que possuem potencial de impacto em inúmeros espaços, enquanto os legados podem ser definidos como os “impactos” causados pela realização destes eventos, sendo positivos ou negativos. Esta pesquisa problematiza as políticas públicas de esporte, saúde e lazer no Brasil, a partir da análise dos impactos e legados dos megaeventos esportivos ocorridos no país na última década - a exemplo dos Jogos Olímpicos Rio 2016 e Copa do Mundo FIFA 2014. Portanto, o objetivo geral do estudo é mapear e analisar os legados dos megaeventos esportivos e sua relação com as políticas públicas de esporte e lazer no âmbito nacional. Trata-se de uma revisão integrativa de literatura, realizada com levantamento nas bases de dados Pubmed, Lilacs e Scielo. Foi elaborada estratégia de busca utilizando descritores como “política pública”, “olimpíadas” e “jogos olímpicos”. Foram também analisados documentos oficiais de planejamento dos megaeventos, como o Caderno de Legados dos mesmos. O levantamento realizado nas bases de dados identificou 31 artigos que compreendem o tema do estudo em questão e o mapeamento dos documentos oficiais resultou em 44 documentos inclusos. Os trabalhos analisados reconhecem que o termo “legado” é plural de tal forma que impossibilita o estabelecimento de maniqueísmos, julgando o que deu “certo” ou “errado”. Entretanto, para os autores analisados faltou participação ativa da sociedade civil, assim como aproximação à Educação Física em si, bem como a revitalização e um olhar voltado à partes periféricas da cidade. Constatou-se também que os custos financeiros de megaeventos são pequenos se comparados com o PIB de uma grande nação, fazendo com que os Jogos Olímpicos e Copas do Mundo representem bom custo-oportunidade, porém, isso não se concretiza na prática. A bibliografia analisada reconhece que, no que se refere às políticas públicas desenvolvidas, há um desafio no equilíbrio de forças - públicas, privadas, corporativas e terceiro setor- que se manifesta no não desenvolvimento de políticas abrangentes e contínuas, mesmo que no “discurso de legados” seja colocado tal intenção.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; Instalações Esportivas e Recreacionais, Jogos Olímpicos

ABSTRACT

The term “sports megaevents” refers to international sports competitions of wide cultural scale and that have potential impact in many spaces, while legacies can be defined as the “impacts” caused by the realization of these events, whether positive or negative. This research problematized the public policies of sport and recreation in Brazil, from the analysis of the impacts and legacies of the sports megaevents that occurred in the country in the last decade – for example, the Rio 2016 Olympic Games and the 2014 FIFA World Cup. The general objective of the study is to map and analyze the legacies of mega sports events and their relationship with the public policies of sports, health and recreation at the national level. This is an integrative literature review, conducted with a survey in the Pubmed, Lilacs and Scielo databases. A search strategy was developed using descriptors such as “public policy”, “olympics” and “olympic games”. We also analyzed official planning documents of the mega events, such as the Legacy Notebook. The research resulted in 31 articles comprising the subject of the study in question and the mapping of the official documents into 44 included documents. The studies analyzed recognize that the term “legacy” is plural in such a way that it is impossible to establish manichisms, judging what went “right” or “wrong”. However, the authors analyzed lacked the active participation of civil society, as well as approximation to the Physical Education itself, as well as revitalization and a look towards the peripheral parts of the city. It has also been found that the financial costs of mega events are small compared to the GDP of a large nation, making the Olympic Games and World Cups a good opportunity, but this is not realized in practice. The bibliography analyzed recognizes that, with regard to the developed public policies, there is a challenge in the balance of forces - public, private, corporate and third sector - that manifests itself in the non-development of comprehensive and continuous policies, even in the “discourse of legacies” such an intention.

KEYWORDS: Public Policies; Sports and Recreational Facilities; Olympic Games

Sumário	
Introdução	8
Objetivo.....	15
Método	17
Resultados.....	19
Discussão.....	29
Legados	29
Análise e Desafios.....	32
Atletas	36
Leis.....	40
Desigualdade Social	41
Conclusão	45
Referências	47
ANEXO A	52

Introdução

Este estudo faz parte de uma pesquisa ampla, desenvolvida pelo Centro de Desenvolvimento de Pesquisa em Políticas de Esporte e de Lazer da Rede Cedes do Estado de São Paulo – CDPEL. O CDPEL faz parte de convenio firmado entre o antigo Ministério do Esporte e a UNIFESP, sob a coordenação da Profa. Dra. Nara Rejane Cruz de Oliveira, contando ainda com a parceria da USP. Logo, a pesquisa ampla desenvolvida pelo CDPEL foi aprovada na chamada pública 001/2015 do Ministério do Esporte - Portaria 3 de 01/10/2015, DOU n.190, seção 1, de 05/10/2015. Nessa perspectiva, esse estudo está estreitamente ligado às atividades do CDPEL, tanto no que se refere à possível contribuição via produção de conhecimento científico, quanto no contexto da formação e desenvolvimento de recursos humanos para atuação futura na área. Somado a isso, o estudo em questão teve sua origem enquanto Iniciação Científica iniciada em 2018, contando com bolsa PIBIC concedida pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

A problematização e investigação acadêmica de políticas públicas de esporte e lazer no Brasil têm sido crescente nos últimos anos. Embora a temática não seja recente, o crescimento quantitativo e qualitativo das produções foi mais exponencial na última década. Dentre outros fatores, a criação do Ministério do Esporte – hoje Secretaria Especial do Esporte¹ - em 2003 contribuiu significativamente para a legitimação do esporte e lazer, frente ao surgimento de diferentes programas e ações, bem como a organização de uma rede de apoio a pesquisas – Rede CEDES – Centros de Desenvolvimento de Esporte Recreativo e de Lazer (PINTO, 2013; BRASIL, 2018).

Com a criação do Ministério do Esporte, em 2003, o status do esporte no Brasil mudou. Atualmente recebe tratamento diferenciado por parte do Governo Federal, uma vez que passou a fazer parte da estrutura do Estado e constituir-se como política governamental efetiva, com destaque para um conjunto de programas e ações, cujos resultados indicam mudanças reais no esporte nos últimos cinco anos, a exemplo do Segundo Tempo, do Bolsa-Atleta, do Esporte e Lazer da Cidade, das questões do futebol e dos direitos do torcedor, da ampliação das fontes de financiamento ao Esporte, com a vigência da Lei Agnelo-Piva (2003) e da Lei de Incentivo Fiscal ao Esporte (2006), entre outros (FILGUEIRA, 2010, p. 66).

No entanto, em um país com grande diversidade de contextos, entendemos que a qualificação das políticas públicas de esporte e lazer ainda é um grande desafio, considerando ainda a baixa produção de pesquisas neste campo no Brasil. Embora se reconheça que esta é uma área de investigação cuja produção científica tem sido veiculada também via livros, o

¹ Em outubro de 2018 o atual presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, anunciou uma redução de quase 50% no número de pastas que compõem os Ministérios. Assim, o Esporte perdeu caráter de Ministério e passou a ser Secretaria Especial do Esporte, dentro do Ministério da Cidadania.

baixo quantitativo de publicações em periódicos indexados é um indicador relevante das demandas científicas na atualidade.

Por outro lado, a repercussão da temática políticas públicas de esporte, lazer e saúde está relacionada, de modo preponderante, também ao fato do Brasil ter sediado grandes eventos esportivos na última década – a exemplo dos Jogos Pan-americanos, Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos, o que inclusive deu espaço ao surgimento de apelidos dados ao Brasil como "Tsunami dos Esportes" (BRASIL, 2015, p.1) e "Cometa do Esporte" (SILVA *et al.*, 2011, p.1). Esse fato fez com que os megaeventos esportivos tenham sido o eixo central da discussão, proposição e implementação de variadas políticas públicas da Secretaria Especial do Esporte nos últimos anos (OLIVEIRA, UVINHA, 2015).

Nessa perspectiva, este estudo busca problematizar as políticas públicas de esporte e lazer no Brasil a partir da análise dos impactos e legados dos megaeventos esportivos no contexto da saúde, do esporte e do lazer em âmbito nacional. Busca-se assim, contribuir com a discussão e repercussão do tema, qualificada e cientificamente, em oposição aos discursos simplistas e midiáticos. Nesse sentido, esse estudo possui as seguintes problemáticas: Quais os legados e impactos dos megaeventos esportivos como parte essencial das políticas públicas no Brasil? Os legados esperados no campo da saúde, esporte e lazer foram alcançados? Qual a repercussão destes legados e quais foram os impactos da realização destes eventos no Brasil na última década?

É vista, nessa pesquisa, uma oportunidade para monitorar o resultado da construção de legados dos Jogos Olímpicos de 2016, Copa do Mundo de 2014 e Jogos Pan-Americanos de 2007, assim como compreender tais fenômenos, em especial no que tange às ações atreladas às políticas públicas de Esporte, Lazer e Saúde. Prevalece por ora a visão superficial, parcial, seja ela positiva ou negativa acerca dos megaeventos esportivos e de como seus legados se manifestam para nação e para a população. Sendo assim, entende-se como essencial para as nações sede que utilizem da pesquisa como base para construção das políticas públicas em esporte e lazer (ROBINSON *et al.*, 2017, p. 347), por isso, quanto ao discurso dos legados, é necessária a expansão e consolidação de investigações que venham a contribuir e qualificar as políticas já existentes, criteriosa análise da realidade e dos inúmeros legados, positivos ou negativos, decorrentes dos megaeventos ocorridos.

Entende-se que é possível o desenvolvimento crítico da temática dos megaeventos esportivos e seus legados. Os estudos que abordaram tais questões apontam em geral a necessidade de considerações mais aprofundadas sobre a inter-relação políticas públicas, esporte e lazer. Há necessidade, portanto, de estudos que contribuam para preparação de

profissionais em suas atuações no período atual do esporte. Investigar os legados desses megaeventos é uma possibilidade da Educação Física olhá-los de muito além dos campos, piscinas e ginásios de uma competição esportiva (DACOSTA, 2008, p. 27).

É observar e compreender que os esportes atingiram uma posição de maior complexidade, não sendo mais vistos somente como lazer ou competição, de tal modo que os Estados têm se preocupado atualmente em utilizá-lo também como instrumento de política interna e externa, demonstração de poder e promoção de saúde (ROETTIGERS, 2013, p. 11).

Compreende-se que os professores da área [Educação Física] são os principais responsáveis pela mediação dessa interlocução [sociocultural] e são aqueles que podem, através do processo educativo, reforçar nos sujeitos uma ação social passional e alienada com o esporte, o futebol e a seleção, ou, ao contrário, podem formá-los cidadãos autônomos, conscientes dos seus direitos e deveres, mas ainda assim apaixonados por esporte, futebol e seleção brasileira (PIRES e SANTOS, 2016, p. 201).

Sendo assim, entendendo o esporte e a Educação Física como potentes meios de interlocução sociocultural e diálogo com direitos e políticas públicas, compreendemos a necessidade de um espaço de reflexão e levantamentos sobre Megaeventos. Entendemos que estes são a intersecção das categorias supramencionadas: esporte, políticas públicas e sociedade e que, portanto, escrever sobre é viabilizar um instrumento de autocritica, que escrever é, de certa forma, intervir na realidade. E que, por fim, escrever e pensar políticas públicas e megaeventos esportivos enquanto estudante de Educação Física é contribuir para reforçar o lugar dessa área dentro dos processos socioculturais, políticos e de lazer, e dentro também de outros tipos de movimentos humanos, para além do corpo esportivo, mas no corpo sujeito, no corpo na cidade.

Para além disso, no que tange ao esporte, vemos que há espaço e necessidade da discussão direcionada aos investimentos e desenvolvimento de infraestrutura, acerca dos desafios dos megaeventos esportivos, sobre promoção da vida saudável para população do país sede e para o investimento no esporte do alto rendimento. Além do questionamento de qual vida saudável é apoiada pelos ideais olímpicos e para quem. Esta pesquisa vê os chamados legados sob uma perspectiva analítica e compreendendo-os como fenômenos.

O termo “megaeventos esportivos” designa as competições esportivas internacionais de grande porte na modernidade, que reúnem um grande número de atletas e modalidades em um espaço de tempo definido, com potencial de impacto e legados em diferentes setores da sociedade, além de significativo simbólico (TAVARES, 2014, p. 6). E o

termo “megaevento” é caracterizado como eventos de larga escala cultural, reconhecidos internacionalmente e de grande apelo para a população (SILVA e STAREPRAVO, 2017, p.3), sendo compreendido como multidisciplinar (DACOSTA, 2008, p.23).

Apesar da multidisciplinaridade supramencionada, ainda assim o termo “megaevento” vem frequentemente acompanhado de “esportivo”, mesmo quando é o segundo termo é apenas deduzido por quem fala ou escuta, o que se torna visível no estudo de Silva e Starepravo (2007), no qual houve aplicação de questionários para alunos de graduação de Educação Física. Como exemplos de megaeventos foram colocados a Copa do Mundo e a Olimpíada com uma diferença de 10 vezes para o Mundial de Surf e Pan-Americanos, que ainda assim são caracterizados como esportivos.

Megaeventos são eventos de larga escala cultural (incluindo comerciais e esportivos), que têm uma característica dramática, apelo popular massivo e significância internacional. Eles são normalmente organizados por combinações variáveis de governos nacionais e organizações internacionais não governamentais e ainda podem ser ditos como importantes elementos nas versões "oficiais" da cultura pública (ROCHE, 2001, p.1).

A concepção ampliada de legados esportivos é complexa e multidimensional, abrangendo aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, além dos possíveis impactos positivos e negativos dos megaeventos esportivos na sociedade (MARINHO, NASCIMENTO E OLIVEIRA, 2014; UVINHA, 2014).

Cabe ressaltar que a preocupação com os legados não é uma especificidade local. Os diferentes Megaeventos e suas respectivas entidades responsáveis, a exemplo do Comitê Olímpico Internacional – COI, editam periodicamente, conforme o país sede das competições, uma publicação discutindo os legados esperados da realização dos seus respectivos eventos esportivos para o país sede, em conformidade com as diretrizes e características do mesmo. A mais recente publicação neste escopo foi intitulada “*Olympic games: legacies and impacts*” (Jogos olímpicos: legados e impactos, em tradução livre), editado pelo COI em 2016. Entretanto, tais publicações trazem em geral uma estimativa destes legados e impactos, em geral ressaltando apenas os aspectos positivos, tomando como referências principais as experiências mais bem-sucedidas em outros países, sem mencionar os possíveis impactos negativos, até porque estes últimos precisam ser avaliados em grande parte, após a realização dos eventos.

Sendo assim, tanto a FIFA quanto o COI possuem requisitos e cadernos de encargos a serem atendidos, logo, de certo modo:

A administração pública local é impelida a acreditar que o sucesso de suas atribuições esteja associado ao atendimento das demandas solicitadas para a realização do evento. Isso ocorre em função das profundas reformas urbanas que acompanham acontecimentos desse porte. Contudo, não é recente a percepção de que o acolhimento das demandas exigidas por eventos de grande envergadura ocorra com valorização do ambiente de negócios empresariais em detrimento dos interesses sociais (REIS e CABRAL, 2017, p. 82).

Ainda assim, há que se reconhecer que tais megaeventos tem o potencial de importantes e positivos legados, entendendo os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, por exemplo, como fundamentais catalisadores de um conjunto de projetos que podem representar possibilidades de melhorias na qualidade de vida da população. A partir de planejamentos consistentes, podem ser apresentados legados para a habitação, transporte, segurança, meio ambiente, infraestrutura urbana, educação, esporte, lazer, cultura, saúde, turismo, direitos humanos, desenvolvimento econômico, entre outros (AMAN; UVINHA, 2008). Por outro lado, entre a expectativa e a realidade, o “pós” megaeventos precisa ser investigado, para além dos discursos midiáticos. Ou seja, é preciso que haja um mapeamento concreto de tais legados e impactos em todos os setores. No caso desta pesquisa, buscou-se avaliar, sobretudo a evolução das políticas públicas no que se refere aos legados previstos nos documentos oficiais e outras publicações, produzidas tanto pelas entidades esportivas quanto pela Secretaria Especial do Esporte, enquanto ainda era Ministério do Esporte.

Nesse cenário, cabe ressaltar que os legados esperados em tais publicações, destacava, conforme Rodrigues e Uvinha (2014), a perspectiva de:

- Integração das políticas de Esporte e Lazer com as demais políticas sociais, como por exemplo: de proteção aos direitos e inclusão social; educação; segurança, saúde, meio ambiente, cultura, turismo, comunicação e outras;
- Legados ecológicos;
- Intercâmbios culturais;
- Educação olímpica, civismo, *fair-play*, valores éticos;
- Capacitação de voluntários e de profissionais atuantes nos Jogos;
- Construção e reforma de quadras esportivas;
- Registro documental - registro e disponibilização da memória dos Jogos.

Em relação aos Jogos Olímpicos, por exemplo, o antigo Ministério do Esporte junto ao Comitê Organizador lançou os Cadernos de Legados Rio 2016, nos quais eram previstos legados como:

- Promoção do crescimento do Programa Segundo Tempo (PST)[2], que até 2016 deveria abranger 3 milhões de crianças brasileiras, sendo 1 milhão só na cidade do Rio de Janeiro;
- Investimento de mais de 400 milhões de dólares até 2016 no programa Mais Educação[3];
- Expansão do projeto de Vilas Olímpicas, beneficiando, até 2016, cerca de 40 mil jovens por mês e criando aproximadamente 1.400 empregos.

Dos poucos estudos publicados sobre a temática, muitos têm sido questionados devido a questões metodológicas e/ou ideológicas. Ou seja, indaga-se sobre a validade de alguns estudos pelas razões acima e/ou por terem sido “encomendados” por partes com interesses na divulgação de resultados positivos acerca dos eventos realizados (SOUZA e PAPPOUS, 2013, p. 42).

Nessa perspectiva, esta pesquisa justifica-se ante a necessidade de se qualificar e problematizar o discurso dos legados, com a expansão e consolidação de investigações que venham contribuir e qualificar os dados já existentes, a partir de reflexão da realidade e dos impactos, positivos ou negativos, decorrentes dos megaeventos ocorridos. Constata-se a necessidade de estudos mais aprofundados, com metodologias empíricas, descritivas e explicativas, buscando avançar na compreensão do fenômeno.

Adicionalmente, é necessário ainda o desenvolvimento de estudos que contribuam para preparação de profissionais em suas atuações no período atual do esporte. Investigar os legados desses megaeventos de olhá-los para além do espetáculo nos campos, piscinas e ginásios de uma competição esportiva (DACOSTA, 2008, p.29).

Experiências vivenciadas por outras cidades e países podem contribuir como patamar inicial de uma discussão, mas a questão de cada lugar - de seus debates políticos e enfrentamento dos problemas urbanos - é único e deve ser enfrentado por meio de processos autenticamente democráticos, atentos às reflexões coletivas sobre o futuro (RODRIGUES e PINTO, 2008, p. 25).

Em princípio, a abordagem dos megaeventos apresenta-se tão complexa e grandiosa que não pode mais ser compreensível levando-se em consideração apenas as questões do âmbito circunstâncias políticas envolvidas e as tecnologias aplicadas são temas obrigatórios na análise de qualquer megaevento esportivo e servem como

uma amostra de como esse tipo de produção vem se transformando em uma grande e complexa teia multidisciplinar (VILLANO; TERRA, 2008, p. 103).

O impacto direto dos megaeventos esportivos, apesar de não atingirem a população mais pobre, geram inúmeros impactos indiretos que influenciam diretamente a vida dessas pessoas, principalmente no que diz respeito aos empregos. A aceleração da economia gera inúmeras oportunidades que, muitas vezes, parecem não ter nenhuma ligação com o megaevento em si, mas não aconteceriam sem ele (PREUSS, 2008, p. 82).

Entretanto, a partir de reflexão torna-se nítido que essa estratégia de intervenção consiste em transformar espaços públicos e privados para que se tornem atraentes ao capital financeiro, notadamente a especulação imobiliária (VIANA, 2019, p. 80). Até mesmo as aparentes oportunidades supramencionadas muitas vezes surgem a partir da flexibilização de direitos trabalhistas e constitucionais. Um exemplo de resolução contrária à Constituição é colocado pela ANCOP (2014, p. 48):

Em dezembro de 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) autorizou, por meio da Recomendação nº 13, a FIFA e as empresas patrocinadoras a contratar crianças e adolescentes a partir de 12 anos para trabalhar em “atividades promocionais” durante o Mundial. [...] A resolução, todavia, é contrária às determinações da Constituição de 1988. O texto constitucional proíbe o trabalho para menores de 14 anos, permitindo a atividade profissional para menores entre 14 e 16 anos somente na condição de aprendiz.

Logo, ao afirmar que os impactos diretos dos megaeventos não atingem a população pobre Preuss (2008) descarta o fato de que os investimentos públicos durante tal fenômeno acentuam as distâncias sociais, levando os pobres para mais longe das possibilidades de renda e acesso à educação, da fruição da cultura, de espaços públicos e lazer, do meio ambiente e mesmo do acesso ao tão celebrado esporte (ANCOP, 2014, p. 7), além do aumento da militarização e da realocação de pessoas pobres, removendo comunidades.

Entendemos sobre quais impactos diretos Preuss se refere no trecho supramencionado, compreende-se também que há geração de oportunidades de emprego devido e durante megaeventos esportivos, entretanto, não pode ser deixado de pontuar que tais afirmações são sectárias e vêm de um recorte muito pequeno e superficial dos impactos para população pobre e não turista, sobretudo do Rio de Janeiro.

Assim, é preciso analisar as intervenções urbanas relacionadas aos megaeventos de forma complexa levando em consideração as formas de apropriação da mais-valia fundiária² e de seus reflexos na dinâmica urbana (VIANA, 2019). Estes impactos levam a se cogitar de uma questão fundamental e sempre recorrente: quais são os custos reais de uma determinada edição dos Jogos Olímpicos?

Existe confusão em relação aos custos desses eventos, o que demanda análise e explicação minuciosas. Um exemplo disso é o que vai acontecer no próximo ano, em 2008, na China, quando as cifras a serem publicadas serão certamente diferentes das cifras reais. Contudo, o benefício principal dos Jogos de Beijing e seus antecedentes não serão econômicos, mas sobretudo sinalizações sobre a presença e importância do país sede dos Jogos diante do mundo. Assim, o verdadeiro legado não é o dinheiro gerado nos quatorze a dezessete dias de realização do megaevento olímpico e sim o que vem depois dele, sua manifestação posterior com benefícios sociais e culturais comprovados (SILVA; RIZZUTI, 2008, p. 92).

A manifestação dos megaeventos ocorre não somente em âmbito social e político-cultural, mas também entre os demais profissionais e a parcela da população que se envolve operacionalmente nesses eventos.

Pode-se, enfim, considerar a Educação Física dos dias presentes – e sobretudo o esporte, a ela tributária - como universal por estar em toda parte e se disponibilizar para todos. [...] Neste âmbito de penetração global cabe incluir impactos econômicos do esporte, um fenômeno recente que traduz a grande influência das atividades físicas na sociedade atual. Sendo universal, a Educação Física e seus congêneres geram ativos financeiros de monta que por sua vez realimentam a oferta, criando investimentos, riquezas e empregos. Assim sendo, o tema de legados e de megaeventos esportivos que lhes dão origem, encontra sua fundamentação econômica, pois representa o setor esportivo de maior avanço e significado nos dias atuais (COSTA, 2008, p. 75).

Nesse sentido nosso objetivo geral é analisar as políticas públicas de saúde, esporte e lazer, no contexto dos legados e impactos dos megaeventos esportivos ocorridos na última década no Brasil. Entre os objetivos específicos está:

- Analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo antigo Ministério do Esporte, no que tange ao desenvolvimento do esporte, lazer e saúde, associadas à realização dos megaeventos esportivos ocorridos entre os anos de 2007 e 2016;
- Analisar a produção científica brasileira referente aos legados e impactos dos megaeventos esportivos, especialmente no contexto brasileiro;

² A mais-valia fundiária se dá através do processo no qual há aumento no valor dos solos e imóveis de um território devido ações públicas, como alterações no desenho urbano, revitalização e outros. Ou seja, a ação pública se reverte a um benefício privado, do dono do imóvel ou estabelecimento no dado território.

- Mapear a produção científica internacional sobre legados dos megaeventos, a fim de analisar sob uma perspectiva ampliada e investigar as concepções de legados dos megaeventos esportivos entre profissionais da área de saúde, esporte e lazer.

Por fim, entendemos que estudos como esse podem proporcionar dados comparativos entre a expectativa acerca dos megaeventos ocorridos no Brasil nos últimos anos e o que realmente ocorreu, além de fomentar o crescimento da produção e maior socialização de conhecimento na área.

Método

O método de pesquisa utilizado se centrou na revisão integrativa de literatura, compondo pesquisa de abordagem qualitativa. A pesquisa qualitativa se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, trabalha com o universo de significados, aspirações, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo dos processos e dos fenômenos (MINAYO, 2001, p. 21).

A revisão integrativa é a mais ampla abordagem metodológica referente às revisões, permitindo a inclusão de estudos experimentais e não-experimentais para uma compreensão completa do fenômeno analisado. Combina também dados da literatura teórica e empírica, além de incorporar um vasto leque de propósitos: definição de conceitos, revisão de teorias e evidências, e análise de problemas metodológicos de um tópico particular. A ampla amostra, em conjunto com a multiplicidade de propostas, deve gerar um panorama consistente e compreensível de conceitos complexos e teorias relevantes para a temática (SOUZA *et al*, p. 102, 2010).

Logo, tal método permite a combinação de dados da literatura empírica e teórica que podem ser direcionados à definição de conceitos, identificação de lacunas nas áreas de estudos, revisão de teorias e análise metodológica dos estudos sobre um determinado tópico (MENDES *et al*, 2008, p. 758). Com o propósito de compor uma revisão completa acerca da temática pesquisada, o método de revisão integrativa é o modo mais compatível de incluir e dialogar com a literatura produzida, uma vez que foram produzidos inúmeros livros, documentos oficiais e artigos acerca de Megaeventos Esportivos e seus legados, o que justifica essa opção metodológica.

Uma busca eletrônica foi realizada nas bases de dados Lilacs, SciELO, Portal Capes e PubMed, utilizando a literatura produzida com data de publicação até outubro de 2019. Foram realizadas combinações com os descritores:

- “políticas públicas”;
- “megaeventos esportivos”;
- “esporte”;
- “olímpiadas”;
- “copa do mundo”;
- “rio 2016”;
- “jogos panamericanos”;
- “jogos olímpicos”
- “*public policies*”

- “*sports mega events*”
- “*sport*”
- “*olympic games*”
- “*world cup*”

Os critérios de inclusão foram: (1) estudos em inglês, português ou espanhol; (2) documentos oficiais; (3) livros produzidos pelo antigo Ministério do Esporte disponíveis na íntegra; (4) publicações de 2005-2019 e (5) artigos de livre acesso. Estudos em outras línguas foram excluídos, assim como estudos anteriores a 2005 e artigos que não possuíam sua versão completa disponível em livre acesso.

Os estudos, livros e documentos foram inicialmente filtrados pelos descritores e então pelo título e resumo. Após leitura dos resumos, os artigos que preencheram os critérios propostos e foram de relevância para a pesquisa em questão foram lidos na íntegra e seus dados, então, apresentados e discutidos a seguir, subdivididos em tópicos temáticos, sendo eles: legados, desafios, análise, atletas, leis e desigualdade social.

A leitura “na íntegra” supramencionada foi realizada a partir dos aspectos da leitura proveitosa, desenvolvida por MARCONI e LAKATOS (2003, p. 20) e com seus principais aspectos elucidados a seguir:

atenção - aplicação cuidadosa e profunda da mente ou do espírito em determinado objeto, buscando o entendimento, a assimilação e apreensão dos conteúdos básicos do texto; b) intenção - interesse ou propósito de conseguir algum proveito intelectual por meio da leitura; c) reflexão - consideração e ponderação sobre o que se lê [...] ; d) espírito crítico - avaliação do texto, [...] não admitindo idéias sem analisar ou ponderar, proposições sem discutir, nem raciocínio sem examinar; e) análise - divisão do tema em partes, determinação das relações existentes entre elas, seguidas do entendimento de toda sua organização; f) síntese - reconstituição das partes decompostas pela análise, procedendo-se ao resumo dos aspectos essenciais, deixando de lado tudo o que for secundário e acessório, sem perder a seqüência lógica do pensamento.

O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo sob parecer nº 5603151019. (ANEXO A).

Resultados

Foi realizada uma busca nas bases de dados Scielo, Pubmed, Lilacs e Portal Capes utilizando os descritores: megaeventos esportivos, legados e políticas públicas realizando combinações com operadores booleanos:

- Em português: (“Megaevento Esportivo*”); (“Megaevento* Esportivo*” E Legado*); (“Jogos Olímpicos” E Legado*); (“Megaevento* Esportivo*” E “Política* Pública*”);
- Em inglês: (“Sport* Megaevent*”); (“Sport* Megaevent* AND Legacy*); (“Sport* Megaevent* AND “Public Policy*”);

Estas foram as combinações de termos que trouxeram resultados condizentes com a temática pesquisada. O símbolo das aspas é utilizado para sinalizar termos que devem ser pesquisados juntos, como “Megaevento Esportivo”, o asterisco (*) foi utilizado para, sobretudo, abarcar os plurais dos termos pesquisados, uma vez que este símbolo substitui caracteres à direita ou à esquerda (sendo o “s” para plurais em português, “es” ou “ies” em inglês). Os parênteses foram utilizados a fim de estabelecer uma ordem na busca.

Quadro 1: Filtros da Pesquisa

Bases de Dados	Descritores	Período
Scielo Pubmed Lilacs Portal Capes	(“Sport* Megaevent*”); (“Sport* Megaevent* AND Legacy*); (“Sport* Megaevent* AND “Public Policy*”);	2005-2019

Fonte: a própria autora

Quadro 2: Resultados da Busca nas Bases de Dados

Base de Dados	Títulos		Resumos		Artigos	
	Total	Inclusos	Total	Inclusos	Total	Inclusos
Scielo	20	18	18	16	16	16
Pubmed	18	16	16	13	13	9
Lilacs	12	10	10	8	10	6
Total	50	44	44	37	39	31

Fonte: a própria autora

A partir dessa pesquisa foram encontrados 50 artigos, então, a partir da leitura dos títulos 44 artigos foram incluídos. Após tal etapa foi realizada leitura dos resumos na íntegra, restando 39 incluídos. Por fim, a partir de leitura na íntegra destes, foram escolhidos 31 artigos para fazerem parte do estudo em questão, levando em conta afinidade com a temática e critérios de inclusão e exclusão (ano de publicação, língua e abordagem do estudo).

Quadro 3: Resultados da seleção dos documentos oficiais

Temas	Títulos		Documentos Oficiais	
	Total	Inclusos	Total	Inclusos
Atletas	10	9	9	7
Cartilhas	8	8	8	7
Infraestrutura	24	21	21	19
Políticas Públicas Gerais	8	6	6	5

Relatórios e Leis	7	6	6	5
Total	57	50	50	43

Fonte: a própria autora

Os documentos oficiais foram disponibilizados no site da Secretaria Especial do Esporte e em outros veículos de comunicação governamentais, como a plataforma da Autoridade de Governança do Legado Olímpico, o portal da Copa de 2014 e o site das Olimpíadas de 2016. A partir de busca nos veículos supramencionados foram encontrados 57 arquivos entre cartilhas, relatórios, leis e notícias, a partir da leitura dos títulos destes foram incluídos 50. Por fim, a partir de leitura na íntegra, foram escolhidos 43 documentos para fazerem parte do estudo em questão, tendo em vista, sobretudo, relevância das informações contidas e afinidade com o tema.

Nos quadros a seguir, foram elencados os 31 artigos analisados, divididos em autores/ano, objetivo do artigo em questão e resultados encontrados. Cada quadro corresponde à um subtema posteriormente discutido na seção “discussão”. Os artigos fizeram parte do estudo por meio da leitura e análise, logo alguns não possuem citações de destaque na discussão. Os artigos analisados foram especificados nos quadros de acordo com o subtema de maior destaque em seu desenvolvimento, entretanto alguns autores são citados na discussão de mais de um subtema. O quadro 4 apresenta os autores cujas pesquisas versaram sobre a análise e desafios encontrados antes, durante ou após a ocorrência de megaeventos esportivos e no desenvolvimento de políticas públicas de esporte, lazer e saúde. Logo, o quadro abaixo representa o subtema “análise e desafios”.

Quadro 4: Categorização dos artigos analisados no subtema “Análise e Desafios”

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Coakley e Souza (2015)	Problematizar a noção de desenvolvimento em megaeventos	O tipo de desenvolvimento facilitado por estes eventos tem beneficiado prioritariamente agentes bem posicionados com acesso privilegiado à instâncias de decisão, em detrimento de um tipo de desenvolvimento que favoreça a população como um todo.
Silva e Starepravo (2017)	Analisar a perspectiva de futuros professores de Educação Física em relação aos megaeventos esportivos e seus possíveis legados.	Os acadêmicos consideram o tema relevante para ser abordado nas aulas de Educação Física escolar; entretanto, pontuam necessária uma formação mais qualificada sobre a temática no decorrer da graduação.
Proni (2010)	Examinar projeções a respeito dos impactos econômicos da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016.	Ao final, argumenta que os principais legados dos Jogos Olímpicos de 2016 não serão no campo econômico
Ricardo Ricci Uvinha (2018)	Comparar residentes do Brasil e de Hong Kong no tocante ao incentivo para as viagens de turismo esportivo.	Os resultados de Hong Kong (n=134) e São Paulo (n=151) revelaram distintos padrões de viagens, habilidades e características nos adeptos de eventos esportivos que o praticam sem frequência regular em termos de periodicidade.

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Ian Culpan (2018)	Pensar uma nova imagem que abarque o poder e potencial do Olimpismo no sentido de educar a nova geração de consumidores de esporte e tomadores de decisão.	Conclui-se que decisões, comportamento e ações tomadas "hoje" pela sociedade são intimamente relacionadas com as políticas desenvolvidas "amanhã". Uma perspectiva crítica do Olimpismo é necessária para dialogar com os aspectos incoerentes do esporte.
Lo Bianco (2010)	Analisar como a cidade do Rio de Janeiro poderá se beneficiar, em termos de legado, das promessas de investimento oficiais, em contraponto com as demandas sociais.	Considera-se indispensável problematizar algumas questões da conexão de programas esporte-educativos com a organização dos Jogos Olímpicos no que tange principalmente às parcerias dos programas com escolas e projetos esportivos de iniciativa privada.
Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Vilani R. M. e Machado C. J. S. (2015)	Discutir as contradições do legado olímpico em relação à saúde e ao meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.	Sobre o urbanismo olímpico, concluem que sua orientação mercadológica e as falhas na superação de problemas de saúde pública e saneamento ambiental, que permanecerão como herança após 2016.
Ferreira <i>et al</i> (2018)	Verificar na literatura relacionada aos Jogos Olímpicos de Verão as principais implicações econômicas e de imagem para o destino que o hospeda.	Concluiu-se que os processos de preparação e implementação em cada país são muito diferentes para que os resultados sejam uniformes.
Matias e Mascarenhas (2015)	Problematizar o processo de preparação dos Jogos Olímpicos de 2016.	Os grupos beneficiados são aqueles que financiaram a campanha carioca a sede do megaevento e/ou estão diretamente envolvidos com os membros dos governos nas três esferas, bem como as entidades esportivas proprietárias da commodity.
Coakley e Souza (2013)	Analisar os desafios enfrentados pelas cidades e países que hospedam os megaeventos esportivos MEE.	Resultados em termos de desenvolvimento são alcançados somente quando as vozes e os interesses da população em geral são ouvidos e considerados como prioridade durante o processo de planejamento, financiamento e implementação.
Viana (2019)	Examinar os aspectos ideológicos que permeiam as políticas públicas e sua relação com os espaços urbanos.	As estratégias de realização de megaeventos são marcadamente voltadas aos interesses do mercado imobiliário e se apoiam em estratégias mercadológicas amplamente representadas pelo ideário neoliberal.
Toledo, Griz e Bega (2015)	Examinar os efeitos institucionais da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 no Brasil.	O resultado da pesquisa contribui com a literatura na medida em que lhe acrescenta uma nova diretriz metodológica e uma nova dimensão analítica.

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Damo e Oliven (2013)	Pensar os significados da realização, no Brasil, da Copa do Mundo de Futebol de 2014 e das Olimpíadas de 2016.	Discute-se como o país vive um momento singular, de enunciação, justificação e tensionamento da própria identidade nacional e do Estado.

Fonte: a própria autora

O quadro a seguir apresenta os autores cujas pesquisas se desenvolveram a partir dos legados desenvolvidos sobretudo na área de políticas públicas de esporte, lazer e saúde. Logo, o quadro abaixo representa o subtema “legados”.

Quadro 5: Categorização dos artigos analisados no subtema “Legados”

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Coakley e Souza (2015)	Problematizar a noção de desenvolvimento em megaeventos.	O tipo de desenvolvimento facilitado por estes eventos tem beneficiado prioritariamente agentes bem posicionados com acesso privilegiado à instâncias de decisão, em detrimento de um tipo de desenvolvimento que favoreça a população como um todo.
Romano <i>et al</i> (2015)	Resgatar amplamente na literatura temática sobre o megaevento esportivo Eurocopa.	Verificou-se que ,no que se refere à Eurocopa, os legados correspondentes ao turismo, os impactos econômicos e o aspecto social vêm sendo discutidos com maior frequência, assim como as projeções e os prognósticos dos eventos que ocorreram posteriormente nas respectivas cidades-sede.
Cardoso (2013)	Discutir aspectos relacionados às preocupações, soluções aventadas e atuação das forças de segurança brasileiras (mais especificamente do Rio de Janeiro), para a realização dos megaeventos esportivos de 2013 e 2016	A integração institucional, a ser realizada por meio de um processo de modernização tecnológica e de transformação/criação arquitetural traduz a importância do Centro Integrado de Comando e Controle, obra de custo mais elevado na área de segurança. Ademais, o autor aponta não almejar encerrar o texto com conclusões.
Almeida, Mezzadri e Júnior (2009)	Compreender as possíveis vantagens e intenções políticas na promoção desses eventos, com base na teoria sociológica de Pierre Bourdieu.	Os megaeventos têm sido promovidos com intenções sociais e simbólicas baseadas em experiências bem sucedidas anteriores de criação e/ou divulgação da imagem de países/cidades.
Ribeiro (2014)	Limitar a abordagem da realização de megaeventos esportivos no Brasil a alguns aspectos políticos.	As manifestações de rua, contrárias à falta de transparência nas planilhas do transporte coletivo e nos gastos com a Copa de 2014 e com os Jogos Olímpicos de 2016 passaram a se constituir no aspecto visível da debilidade crônica do poder infraestrutural do Estado brasileiro.

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Silva e Starepravo (2017)	Analisar a perspectiva de futuros professores de Educação Física em relação aos megaeventos esportivos e seus possíveis legados.	Os acadêmicos consideram o tema relevante para ser abordado nas aulas de Educação Física escolar; entretanto, pontuam necessária uma formação mais qualificada sobre a temática no decorrer da graduação.
Proni (2010)	Examinar projeções a respeito dos impactos econômicos da realização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro, em 2016.	Ao final, argumenta que os principais legados dos Jogos Olímpicos de 2016 não serão no campo econômico

Fonte: a própria autora

O quadro 6 apresenta os autores cujas pesquisas versaram sobre as periferias do Brasil e sua interação com os megaeventos esportivos ocorridos nas últimas décadas, os atos ocorridos contra os megaeventos, segurança pública, militarização e outros assuntos acerca da desigualdade social no Brasil e a situação desta frente aos megaeventos esportivos e políticas públicas desenvolvidas. Logo, o quadro abaixo representa o subtema “desigualdade social”.

Quadro 6: Categorização dos artigos analisados no subtema “Desigualdade Social”

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Medeiros e Menezes (2016)	Resgatar e examinar a biografia da favela turística a partir de sua cultura material.	As considerações finais refletem sobre a morte dos (anti)suvenires ou o que parece ser um esgotamento das possibilidades de representação da favela como marca capaz de agregar valor a diferentes produtos no mercado global.
Provasi (2016)	Observar os atos que tomaram as ruas do Rio de Janeiro, em perspectiva a um só tempo estética e política.	A partir da percepção da pluralidade de formas de expressão acionadas e da centralidade das ações diretas na prática dos manifestantes, foram relacionados os atos à noção de performance.
Souza e Pappous (2013)	Apresentar um levantamento da literatura sobre legados esportivos de megaeventos esportivos.	Pesquisas sobre a temática são de natureza extremamente complexa e que não existem evidências científicas suficientes comprovando a existência de uma correlação entre a realização destes eventos eo envolvimento da população com atividades físicas e esportivas.
Vilani. e Machado (2015)	Discutir as contradições do legado olímpico em relação à saúde e ao meio ambiente na cidade do Rio de Janeiro, Brasil.	Sobre o urbanismo olímpico, concluem que sua orientação mercadológica e as falhas na superação de problemas de saúde pública e saneamento ambiental, que permanecerão como herança após 2016.
Richter <i>et al</i> (2014)	Compreender as percepções do homens, mulheres e pessoas transsexuais profissionais do sexo da Copa do Mundo de Futebol de 2010, realizada na África do Sul, e o impacto que isso teve no trabalho e na vida privada.	Nenhuma mudança importante ocorreu no trabalho sexual durante a Copa do Mundo em questão, e apenas algumas mudanças foram notadas. Megaeventos esportivos pode oferecer oportunidades estratégicas para expandir programas de saúde e direitos humanos para profissionais do sexo, entretanto coloca-se que

		a Copa do Mundo de 2010 perdeu essa oportunidade.
Castilho <i>et al</i> (2018)	Analisar a questão do turismo sexual (TS) infanto-juvenil e suas correlações com os megaeventos esportivos, a partir da implementação de uma política pública preventiva na cidade de Recife - região nordeste do Brasil.	No contexto dos grandes eventos esportivos, a temática relativa ao TS infanto-juvenil permanece incipiente, notadamente em regiões onde a desigualdade social persevera, assim como as questões relativas ao gênero.
Azzi (2017)	Analisar a crescente militarização do espaço público na cidade brasileira do Rio de Janeiro, particularmente às vésperas dos Jogos Olímpicos de 2016.	A militarização da segurança pública constitui uma tendência que deve se estender para além dos Jogos Olímpicos, e cujas implicações incluem não apenas, mas principalmente, a perpetuação da insegurança.
Filho (2016)	Colocar em análise a tríade: segurança pública – mídia – produção de subjetividades na cidade do Rio de Janeiro no primeiro semestre do ano de 2007.	Conclui-se que a “Chacina do Pan” foi o efeito de uma conjugação de forças que intensificou os processos repressivos e exterminadores sobre os segmentos mais pobres da população.
Curi (2013)	Analisar com a ajuda dos conceitos "torneio de valor" e os "panoramas dos fluxos globalizados" de Appadurai a disputa por esse legado.	As consequências desses eventos, normalmente denominadas de "legado", são muito complexas, amplas e variáveis. Tanto que é praticamente impossível se fazer um balanço definitivo.
Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Silva, Pires e Melo (2011)	Pensar criticamente o mundo do trabalho e suas relações com as questões objetivas da Educação Física, Esportes e Lazer e, por fim, dos Megaeventos Esportivos.	Em relação à Copa de 2014 e a Olimpíada de 2016, há ações de expulsão dos trabalhadores empobrecidos de longas faixas ocupadas pelas populações de baixa renda, por exemplo, em Fortaleza.
Amaral <i>et al</i> (2014)	Analisar a atuação e articulação da sociedade civil na resistência contra a remoção forçada das comunidades em localidades próximas às construções de equipamentos para os megaeventos esportivos.	A sociedade civil tem se organizado pela Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (Ancop), que reúne as ações dos comitês populares de cada cidade sede, utilizando diferentes formas de ação na luta contra a violação dos direitos.

Fonte: a própria autora

O quadro a seguir apresenta os autores cujas pesquisas tiveram em seu desenvolvimento a identificação de pautas relacionadas aos atletas e as políticas desenvolvidas acerca destes. Logo, o quadro abaixo representa o subtema “atletas”.

Quadro 7: Categorização dos artigos analisados no subtema “Atletas”

Autores/Ano	Objetivo	Resultados
Romano <i>et al</i> (2015)	Resgatar amplamente na literatura temática sobre o megaevento esportivo Eurocopa.	No que se refere à Eurocopa, os legados correspondentes aos atletas, turismo, os impactos econômicos e o aspecto social vêm sendo discutidos com maior frequência, assim como as projeções e os prognósticos dos eventos que ocorreram posteriormente nas respectivas cidades-sede.
Marani (2018)	Analisar as relações entre políticas públicas de lazer e os megaeventos esportivos sediados no Brasil a partir da ótica dos pesquisadores da área do lazer.	Assinalaram que a recepção de um megaevento esportivo no país não garantiria, necessariamente, a criação ou implantação de políticas públicas de lazer, mas, vislumbravam o momento como propício para discussões acerca do assunto.
Castro e Souza (2015)	Identificar as propostas de legados para o esporte no Brasil a partir do Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro à Sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016 e Cadernos de Legado Rio 2016.	O esporte educacional não é significativamente contemplado quando comparado às outras dimensões do esporte, o que contradiz a Política Nacional do Esporte e a Constituição Federal de 1988.

Fonte: a própria autora

É notável, a partir da leitura dos objetivos e temáticas principais dos artigos analisados, o baixo quantitativo de estudos voltados à identificação de legados desenvolvidos no âmbito da saúde. Isso porque, ao acrescentar a palavra “saúde” ou “*health*” na busca nas bases de dados, os estudos produzidos versavam sobre, sobretudo, os esportes e os atletas de modo quantitativo, versando sobre parâmetros fisiológicos e bioquímicos ou variáveis físicas. Sendo assim, ao longo desse estudo, fomos nos aproximando das demais temática e das políticas de esporte e lazer, como consequência da falta de afinidade com a temática que os estudos encontrados apresentavam. Compreendemos que o mesmo acontece no sentido da baixa produção acerca dos Jogos Panamericanos, que, apesar de serem lidos enquanto megaeventos esportivos, são de menor escala e impacto cultural e social. Logo, entendemos que a baixa produção da literatura sobre tal megaevento é resultado de sua menor proporção.

Nos quadros a seguir, foram elencados os 43 documentos oficiais analisados, divididos em título e de acordo com o subtema identificado. Os documentos fizeram parte do estudo por meio da leitura e análise, logo alguns não possuem citações de destaque na discussão. Todos os documentos analisados têm como fonte a plataforma online da Secretaria Especial do Esporte.

O quadro 8 apresenta os documentos oficiais encontrados nas páginas atribuídas às notícias e documentações acerca dos atletas disponibilizadas no site do Ministério do Esporte.

Quadro 8: Categorização dos documentos oficiais analisados no subtema “Atletas”

Título
Guia de Atletas Olímpicos: quase 80% dos brasileiros inscritos nos Jogos são bolsistas
Brasil disputa Jogos Paralímpicos com 90% dos atletas patrocinados pelo Bolsa Atleta
Alto Rendimento
Controle de Dopagem Meta: Brasil quer zerar casos até 2016
Plano Brasil Medalhas: O Brasil entre os melhores do mundo em 2016
Atleta na Escola

Fonte: a própria autora

O quadro 9 apresenta os documentos oficiais disponibilizados em forma de cartilhas.

Quadro 9: Categorização dos documentos oficiais analisados no subtema “Cartilhas”

Título
Caderno de Orientação Técnico Operacionais do Programa de Centro de Iniciação ao Esporte
Programa e Ações do Ministério do Esporte
Guia Aduaneiro para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016
Guia do Jornalista: Jogos Olímpicos e Paralímpicos RIO 2016
Sistema Nacional do Esporte
Política Intersetorial: informação, comunicação, monitoramento e avaliação
Relatório de Ações do Governo Federal: Jogos Olímpicos e Paralímpicos 2016

Fonte: a própria autora

O quadro 10 apresenta os documentos oficiais que versam sobre as infraestruturas desenvolvidas motivadas pela ocorrência dos megaeventos esportivos. Todos os documentos mencionados abaixo estão disponibilizados no site da Secretaria Especial do Esporte.

Quadro 10: Categorização dos documentos oficiais analisados no subtema “Infraestrutura”

Título
Carteira de Projetos Olímpicos
Centro de Operações RIO
Centros de Iniciação ao Esporte
Centros Olímpicos de Treinamento
Conheça a Casa Brasil
CTR Seropédica
Estádio MAIS
Gestão de Instalações Esportivas EVENTO CASA BRASIL
Ginásio Experimental Olímpico (GEO)
Uma nova cidade para 2016
Morar Carioca
Parque dos Atletas
Parque Madureira
Porto Maravilha

Rede Nacional de Treinamento
Título
Rede Nacional de Treinamento II
TransCarioca
TransOeste
TransOlímpica

Fonte: a própria autora

O quadro 11 elenca os documentos oficiais que pontuam as políticas públicas desenvolvidas motivadas pela ocorrência dos megaeventos esportivos.

Quadro 11: Categorização dos documentos oficiais analisados no subtema “Políticas Públicas”

Título
Legado Olímpico a todo vapor!
Gestão do CTPB: Projetos estratégicos
O lazer vai tomar conta da cidade e a cidade vai tomar conta do lazer

Plano de Políticas Públicas
Título
Segundo Tempo/Mais Educação

Fonte: a própria autora

O quadro 12 aponta os documentos oficiais que tratam de relatórios e leis ampliadas ou elaboradas em prol dos megaeventos esportivos, sobretudo os Jogos Olímpicos de 2016.

Quadro 12: Categorização dos documentos oficiais analisados no subtema “Relatórios e Leis”

Título
LEI 10.264/2001 (LEI ORDINÁRIA) 16/07/2001
LEI 12.395/2011 (LEI ORDINÁRIA) 16/03/2011
Matriz de Responsabilidades
Operações Ativas
Operações Desativadas

Fonte: a própria autora

Discussão

Foi realizada leitura na íntegra e análise de 31 artigos e 43 documentos oficiais disponibilizados no site do então Ministério do Esporte. Foram identificados 6 subtemas principais sendo estes:

- Legados;
- Análise e Desafios;
- Leis;
- Atletas;
- Desigualdade Social.

Assim, a discussão se desenvolve a seguir partir do diálogo com tais subtemas.

LEGADOS

A partir da literatura, torna-se nítido a dificuldade não só de desenvolver, planejar e tornar o “legado” real, como de conceituá-lo e compilá-lo tematicamente. Logo, no subtema “legados” trouxemos as interpretações dos autores consultados a fim de coligir o dialogado acerca de tal temática.

Ao sediar um megaevento o país sede se compromete a empreender algumas - ou muitas - transformações em sua infraestrutura urbana, aí se identifica o discurso dos legados. São compreendidos, em suma, como transformações e impactos na cidade ou país sede e que ocorrem exclusivamente devido os megaeventos esportivos. SILVA e STAREPRAVO (2017) definem o legado como uma herança criada a partir dos megaeventos e que permanece após sua ocorrência. Os autores consultados expõem inúmeros recortes dentro dos legados e possíveis análises destes. Uma vez que tais impactos atravessam a sociedade civil, os atletas dos países participantes, a governança e os comitês e organizadores dos eventos.

Os autores SILVA e STAREPRAVO (2017) versam sobre como o legado se diferencia em para população, para o país e para educação. Afirmam também que este pode ser um legado positivo ou negativo. Outros autores, como ROMANO *et al* (2015, p. 157) discorrem sobre uma perspectiva temporal:

No que diz respeito aos impactos, estes podem ser analisados numa perspectiva de curto e médio prazo, nos quais os benefícios baseiam-se no desenvolvimento econômico do destino (direto, indireto ou induzido) e no acréscimo no número de vagas de emprego (efetivo e temporário), resultantes essencialmente no aumento de receitas derivadas na realização desses eventos; e, de longo prazo, destacam-se a criação de equipamentos e infraestrutura.

Amaral *et al* (2014, p. 646) analisam um legado para o que chamamos de “marca” Brasil, ou seja, o país como um produto e expõem que:

Pode-se afirmar que o principal legado no Brasil com o Pan-Americano de 2007, os Jogos Olímpicos Rio de 2016 e a Copa do Mundo Fifa de Futebol Masculino de

2014 foi a entrada “oficial” do país no circuito internacional, inseridos em um sistema mercadológico de consumo regido pela lei da oferta da sociedade capitalista.

A partir da literatura segmentamos os diferentes tipos de legados e as inúmeras perspectivas a partir das quais é possível “ler” esse fenômeno. Uma vez que compreendemos não existir panorama errôneo ao discutir um conceito multifacetado e com tantos atravessamentos como o “legado”. Logo construímos a partir das análises como o legado se desenvolve positivamente, principalmente ao pensar no Brasil:

- Para população civil, por meio de novos projetos, atualizações de programas governamentais, construção de estruturas de lazer e moradia. Ou seja, intensificação e integração das políticas públicas de esporte, lazer, saúde, meio ambiente, segurança e educação. Além de geração de emprego (efetivo ou temporário).
- Para o país sede, enquanto nação, impulsionando a economia por meio do turismo, dos investimentos financeiros e das pesquisas realizadas a fim de compreender e estabelecer melhores caminhos econômicos para o país;
- Para o país sede, enquanto marca, criando uma “imagem” comercializada internacionalmente antes, durante e após o megaevento e o inserido no circuito internacional (AMARAL *et al*).
- Para a educação, para além dos investimentos nesta, uma vez que emergem novas discussões acerca do olimpismo ou acerca dos esportes de modo geral. Soma-se também a Educação Física dentro desta, responsável pela interlocução sociocultural entre esporte, população e megaeventos esportivos, assim como envolver as crianças, jovens e adultos a pensarem tal fenômeno a partir de uma perspectiva crítica.
- Para o esporte, no sentido dos investimentos, da atenção midiática, das discussões provocadas e do, ainda em estudo, efeito inspiração, que é a influência positiva dos megaeventos esportivos no aumento da prática de esporte na população geral.

Além disso, compreendemos que o legado se desenvolve negativamente, principalmente ao pensar no Brasil:

- Para população civil, sobretudo devido remoção forçada de locais de moradia, de mau uso de recursos públicos, de comercialização das favelas, aumento da violência policial e da exploração de trabalho infantil. Ou seja, reforço da estrutura hierárquica da sociedade e da desigualdade social.
- Para o país sede, enquanto nação, podendo levar a “rombos” orçamentários e transtornos políticos. Além do fato de que o país sede atende às demandas das entidades organizadoras dos megaeventos esportivos e do empresariado, podendo levar ao desenvolvimento de estruturas e projetos desnecessários para as reais necessidades do país/cidade sede.
- Para o país sede, enquanto marca, criando uma “imagem” negativamente comercializada internacionalmente antes, durante e após o megaevento.
- Para o esporte, no sentido dos investimentos, uma vez que são destinados, sobretudo, ao esporte de alto rendimento e aos atletas competidores.

A concepção ampliada de legados esportivos é complexa e multidimensional, abrangendo aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais, além dos possíveis impactos positivos e negativos dos megaeventos esportivos na sociedade (MARINHO, NASCIMENTO e OLIVEIRA, 2014; UVINHA, 2014). Compreender os legados implica o acesso a diversos conhecimentos sobre os fatores que os constituem, de modo inter-relacionado. O legado nasceu como oportunidade para discutir os investimentos e onde eles seriam aplicados – antes, durante e depois do evento, tendo em vista a realização com excelência dos megaeventos promovidos, bem como beneficiando a vida das populações das cidades sede (RODRIGUES *et al*, 2008, s/p).

Sem dúvida o legado serve para justificar os gigantescos custos e significativos transtornos trazidos pelos megaeventos, assim como para disfarçar a atenção sobre as muitas suspeitas de corrupção, ilegalidades e superfaturamentos que os prazos e as exigências das entidades promotoras impõem aos organizadores. Não podemos, entretanto, limitar o legado a uma concepção de justificativa, ignorando o quanto há na ideia também de esperança. Não apenas a esperança de que tudo tenha valido a pena, e que algo permaneça para além dos dias de duração dos jogos, mas também de que problemas sociais e urbanos sejam sanados, ou que o país e a cidade se transformem em outra coisa, pretensamente mais moderna e mais desenvolvida (CARDOSO, p. 127, 2013).

“O planejamento de legados, no entanto, começou a se dar de forma mais efetiva a partir de 2002, em decorrência das críticas que o COI passou a sofrer devido a prejuízos que os jogos causaram a vários países hospedeiros” (SOUZA e PAPPOUS, p. 43, 2013). Ou seja, baseado no exposto, compreende-se que o legado e seu planejamento vêm como forma de justificativa e esperança para a população e fundamento para o governo.

Se por um lado a preparação de uma cidade ou país para hospedar um evento desta magnitude pode motivar e acelerar ações que promovem a construção de um legado, por outro lado, a pressão em torno da preparação para o evento pode prejudicar o planejamento das ações, levar à criação de estruturas desnecessárias e, impedir a otimização de recursos públicos que poderiam de outra forma ser utilizados para o bem estar da população como um todo no longo prazo (SOUZA e PAPPOUS, p. 44, 2013).

À medida que os custos indiretos para sediar a Olimpíada foram crescendo, aprimorou-se o discurso sobre os benefícios obtidos pela cidade sede e pelo país, que vão muito além do legado esportivo propriamente dito. Investir na cidade - e não apenas no evento - passou a ser uma prioridade na hora de formular uma proposta de candidatura para sediar um evento desse porte [megaevento] (PRONI, 2010 p. 49-70).

COAKLEY e SOUZA (2015, p. 3) constroem sua análise a partir das experiências dos megaeventos já ocorridos, trazendo uma crítica aos reais legados promovidos por estes. O autor afirma que acredita que a realização de megaeventos esportivos promove "desenvolvimento" sim, mas desenvolvimento dentro de uma determinada perspectiva e centrado em alguns setores da sociedade. Coloca que este desenvolvimento é intencionalmente planejado e definido por agentes e instituições bem posicionados e que buscam benefícios para si próprios e para seus aliados. Finaliza afirmando que a população,

de uma forma geral, tende a não ser diretamente favorecida por este tipo de desenvolvimento no longo prazo. Os megaeventos aparecem no mercado como um grande instrumento de marketing, como influenciador de escolhas e percorrendo diversas atividades socioeconômicas, assim como na contribuição da divulgação dos atrativos e recursos, sendo estes naturais e artificiais no país-sede do evento (ROMANO *et al*, 2015, p. 156).

A produção de um megaevento exige um investimento bilionário de verbas públicas de países sede cujo impacto não deve estar restrito a um curto período de realização, como duas semanas no caso dos Jogos Olímpicos ou um mês como nas Copas do Mundo de futebol. Assim, há uma busca constante por potencializar as possíveis consequências positivas dos megaeventos (ALMEIDA, MEZZADRI e JÚNIOR, 2009, p. 186).

ANÁLISE e DESAFIOS

Dadas às circunstâncias que levaram a FIFA a optar pelo Brasil e ao anticlímax do cerimonial, pode-se dizer que o país não foi escolhido, mas desafiado publicamente a organizar a copa (DAMO e OLIVEN, 2013, p. 3).

É nítido que o contexto do país e, sobretudo, da cidade-sede é fator fundamental no planejamento dos legados e do megaevento. Nesse sentido, o tópico “desafios” traz as questões levantadas durante o planejamento dos megaeventos ocorridos no Brasil e nos estudos e documentos desenvolvidos pós ocorrência destes, enquanto a “análise” traz, sobretudo, a discussão e literatura produzida após os megaeventos ocorridos no Brasil, em especial à Copa do Mundo e às Olimpíadas.

O planejamento de um megaevento inicia-se anos antes de sua ocorrência. A fim de trazer uma perspectiva numérica é possível exemplificar com o processo de eleição da cidade-sede para as Olimpíadas, que dura sete anos. No caso das Olimpíadas de 2016, por exemplo, a elaboração e expectativa em torno do evento iniciaram em 2009, após o Rio de Janeiro ser eleito como cidade sede. Já no caso da Copa do Mundo de 2014, o Brasil foi anunciado oficialmente como sede em 2007.

Os estudos que trazem alguma discussão sobre parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos ainda são escassos, entretanto há destaque para a pesquisa exploratória de CABRAL e REIS (2017). Os autores apontam que, comparada à provisão pública tradicional e a estritamente privada, as PPPs os gastos projetados e administrados foram melhor para administração pública do que nas demais modalidades de provisão, “o que pode ser justificado em função das estruturas de incentivos identificadas”.

Conforme apontou o relatório do Simpósio Internacional sobre Legado dos Jogos Olímpicos 1984-2002 (INTERNATIONAL OLYMPIC COMMITTEE, 2002), para que haja legados de fato significativos para a população, os mesmos precisam ser planejados. Caso contrário, os principais beneficiários [...] destes eventos, serão representantes do Comitê Olímpico Internacional, políticos, empreiteiros, medalhistas e empresários. E, em caso de impactos negativos, a fonte para solucionar as dívidas poderá advir do orçamento público (SILVA e STAREPRAVO, 2016, p. 4).

COAKLEY e SOUZA (2015, p. 2) trazem, em suma, os vários fatores que dificultam a promoção de legados positivos para a população em geral:

- Instituições organizadoras tais como o Comitê Olímpico Internacional (COI) e Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) que impõem rígidas condições para que os países hospedeiros possam realizar os eventos. Eles exigem, por exemplo, infraestrutura de transporte público e a construção das instalações esportivas dentro de determinados parâmetros, mesmo que estes não estejam alinhados com as necessidades e demandas da população local que potencialmente poderia também utilizar estas estruturas construídas.
- Prazos para os preparativos para os megaeventos são relativamente curtos frente à infraestrutura que os mesmos demandam. Para agravar ainda mais a situação, o processo de planejamento tende a ser feito de cima para baixo, a favor de determinados interesses, com muito pouca - ou nenhuma - participação da população que será diretamente afetada.
- É extremamente difícil a aferição dos investimentos públicos realizados no contexto de megaeventos esportivos.
- A dinâmica descrita acima, imposta pelos governos e entidades que promovem os eventos, corporações vinculadas a estes eventos, e "experts" usualmente contratados para o planejamento dos mesmos, tende a reforçar uma lógica propícia para a reprodução de relações hegemônicas de poder e para o agravamento de desigualdades sociais.
- As instituições organizadoras dos megaeventos esportivos e corporações vinculadas a elas detêm total posse dos lucros produzidos com a sua marca, o que dificulta que agentes locais possam ter lucros com os eventos.

Os autores COAKLEY e SOUZA (2015) pontuam acerca do que compreendemos como comitês, instituições e empresariados organizadores e influentes nos megaeventos esportivos, compilam tais organizações evidenciando o conceito de BINGOs, que são organizações não governamentais internacionais de negócios, como COI e FIFA. Os autores reforçam que elas “têm controle absoluto eventos, e os objetivos dessas BINGOs têm prioridade sobre os objetivos das cidades e nações anfitriãs” (COAKLEY e SOUZA, 2015, p. 587).

Logo, compreendemos que um megaevento esportivo é um reflexo das forças que atuam na sociedade de modo geral, com a diferença crucial de ser televisionado em escala mundial e envolvendo inúmeros países, atletas e cifras bilionárias.

Mesmo nos materiais produzidos anteriormente à ocorrência dos megaeventos ocorridos no Brasil foi possível identificar inconsistência de diálogo com a população em geral. É necessário pontuar, com exatidão e frequência, quem é o público alvo dos legados produzidos. Tal exatidão deve ser desenvolvida a partir de nítida relação entre público alvo, localização e tipo de estrutura, programa e até que tipo de capital simbólico será produzido, ou seja, qual imagem do país sede será veiculada. O desencontro de foco pode ser exemplificado no exemplo pontuado por COAKLEY (2015, p. 5):

Pelo que tudo indica, como o Brasil estará sediando em breve os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, os investimentos continuarão privilegiando o esporte de rendimento. Isto pode ser observado, por exemplo, no Dossiê de Candidatura e no Caderno de Legados, ambos documentos oficiais onde o governo brasileiro

apresenta suas promessas de legado esportivo para o país decorrentes da realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016. Ao mesmo tempo em que estes documentos prometem o desenvolvimento do esporte educacional e de participação, o planejamento estrutural e financeiro para que isto aconteça se centra quase que exclusivamente no esporte de alto rendimento, principalmente no que tange ao desenvolvimento de infraestrutura esportiva voltada para este tipo de esporte e para a realização dos Jogos (COAKLEY, 2015, p. 5).

Acerca da tríade políticas públicas, esporte e educação também é possível observar certa inconsistência:

Notamos que, apesar de buscar uma aproximação entre o esporte e a educação, o governo brasileiro não faz nenhuma menção à Educação Física ou ao professor de Educação Física. Mesmo assim, desde que haja um planejamento, entendemos que é possível o desenvolvimento crítico da temática dos megaeventos esportivos dentro dessa disciplina, buscando aproximar o esporte com a educação (SILVA e STAREPRAVO, 2017, p. 4).

Além de uma simulação de investimentos recomenda-se verificar que projetos relacionados ao megaevento iriam acontecer por razões intrínsecas a eles sem influência do acontecimento maior esportivo. Tais custos são relacionados à própria cidade e se distinguem da televisão cujos recursos se originam de várias fontes incluindo internacionais. Outro exemplo são os turistas, que vêm de outros países, como a Alemanha, o Japão e gastam seu dinheiro no Rio de Janeiro. Entretanto, COAKLEY (2015, p. 2) aponta que:

Detalhes da contabilidade normalmente ficam dispersos devido à participação de diversos órgãos públicos e privados, cada um com sua própria agenda e orçamento. Vários fatores dificultam a contabilização de gastos e lucros como, por exemplo, verbas para cobrir situações de emergência e não previstas; contas não declaradas como despesas; verbas contratos sem licitação; e corrupção e propinas.

Os autores VILANI e MACHADO (2015, p. 4) afirmam que “na seara das incertezas, os investimentos realizados pelos países-sede de eventos esportivos, com economia de transição, podem, por um lado, contribuir para o crescimento econômico, mas, por outro, frear o desenvolvimento após o término dos eventos”. Logo, cabe refletir: a ocorrência de megaeventos esportivos vem acompanhada de um custo-oportunidade e estímulo financeiro advindo exclusivamente do evento, seja Copa do Mundo, Jogos Olímpicos, Jogos Panamericanos ou outro. Entretanto, há uma dificuldade de contabilização precisa de gastos e lucros, além de contração econômica após o término destes, como supramencionado. Assim sendo, não parece ser possível afirmar se megaeventos esportivos são “bons ou ruins”, se devem ou não ser apontados como “vilões sociais”, uma vez que contam com pontos positivos e negativos na esfera social, econômica e cultural.

Os autores FERREIRA *et al* (2018, p. 62) apontaram que os artigos por eles analisados em seu estudo elencaram aspectos positivos e negativos em relação aos impactos econômicos e de imagem dos megaeventos esportivos. No entanto afirmam que os aspectos positivos majoritariamente apontados foram acerca dos gastos olímpicos que proporcionaram ganhos em longo prazo para a população residente. Enquanto os aspectos negativos mais

citados foram relacionados a investimentos que proporcionam benefícios em curto prazo ou falta de investimento em infraestrutura.

No caso dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de Londres em 2012, por exemplo, o custo para a realização do evento ficou no mínimo cinco vezes maior do que o previsto. Havia uma previsão de gastos entre £\$1.7 bilhões e £\$2.1 bilhões (aproximadamente R\$ 5,3 bilhões e R\$ 6,5 bilhões). De acordo com o Comitê Organizador, os gastos foram de £\$9.3 bilhões aproximadamente R\$ 36 bilhões, sem incluir dívidas que foram deletadas das despesas oficiais dos Jogos e/ou que foram remanejadas para outras agências ou contas do governo (COAKLEY, 2015, p. 3).

“A espetacularização dos Jogos está diretamente relacionada com a identidade neo-liberal que se enraizou e influenciou todos aspectos da vida contemporânea, inclusive o esporte” (CULPAN, 2018 p. 8), levando assim à uma efetiva tentativa de promover e divulgar o evento por meio da grande mídia. Sendo visto como um espetáculo e não como uma “negociação constante entre distintas áreas” (LO BIANCO, 2010). Nesse sentido, é fundamental compreender que exercer um não anula o outro, “um megaevento não deixa de ser um espetáculo por ser, inerentemente, uma negociação constante [...] assim, é vista a reprodução da ideologia do capitalismo neoliberal, no que se refere à simbiose entre espetáculo e mercadoria” (MOTRIVIVÊNCIA, 2009, p. 9).

Entende-se aqui, a espetacularização do esporte como um fenômeno que passa a atingi-lo rotineiramente, não só no caso dos megaeventos, como na própria programação midiática, que não só não foi imune aos efeitos do neoliberalismo, como também é mediadora da mercantilização do esporte e do lazer, colocando-os como passíveis de investimento. O esporte passou a ser visto como negócio crescente e lucrativo, visão que se manifesta no modo com o qual os megaeventos são planejados (LO BIANCO, 2010).

Eles também tendem a promover desigualdade social: incentivam o desenvolvimento de determinadas regiões das cidades sede em prejuízo de outras que talvez tivessem mais necessidade, a exemplo do que aconteceu no Rio de Janeiro no caso dos Jogos Pan-americanos e Parapan-americanos em 2007.

Vimos também isto acontecendo em várias cidades sede no processo de preparação para a Copa do Mundo de Futebol da FIFA. No caso de Curitiba, por exemplo, a realização de apenas quatro jogos da Copa de 2014 promoveu a revitalização de uma das melhores vias de Curitiba - a Av. das Torres - e outras vias importantes que levam até a Arena do Atlético, onde os jogos ocorreram. Estas vias já estavam entre as melhores da cidade antes das reformas. No entanto, receberam recursos para sua melhoria. Enquanto isto, algumas áreas da capital continuam com esgoto a céu aberto e vias de acesso que não apresentam condições mínimas de tráfego (COAKLEY, 2015, p. 3).

Nesse sentido, o investimento nas Olimpíadas de 2016 representa uma oportunidade ímpar que não deve deixar de ser aproveitada, “uma vez que custa relativamente pouco para um País como o Brasil, com um orçamento que gira em torno de 1 trilhão de reais. Calculando, investir 15 bilhões de reais nos Jogos Olímpicos representa apenas 1,5% desse orçamento que nem são gastos em uma única vez, pois o desembolso se daria em sete anos” (MADRUGA, 2008, p. 61).

Criar legados específicos e resultados de desenvolvimento é uma questão de relações de poder. Ou seja, se vozes específicas não estiverem representadas nos processos de criação da oferta, definição e priorização de legados e metas de

desenvolvimento, planejamento e implementação de políticas e programas, alocação de fundos e avaliação do progresso para alcançar legados e desenvolvimento sustentáveis, eles não terão impacto. em qualquer um desses reinos (COAKLEY e SOUZA, 2015, p. 587).

ATLETAS

No documento “Guia de Atletas Olímpicos: quase 80% dos brasileiros inscritos nos Jogos são bolsistas”, disponibilizado no site da Secretaria do Esporte afirma-se que desde 2010, ano posterior à eleição que deu ao Brasil o direito de sediar as maiores competições do esporte mundial, os investimentos em atletas, confederações e clubes têm crescido a cada temporada. O mesmo texto finaliza pontuando que até 2016 nossos atletas, olímpicos e paralímpicos, contarão com uma estrutura ainda melhor para treinar e competir.

Lançado em 13 de setembro de 2012 (32 dias após o fim dos Jogos Olímpicos de Londres) pela presidenta Dilma Rousseff e pelo ministro do Esporte, Aldo Rebelo, o Plano Brasil Medalhas representa um novo patamar de investimentos no esporte, visando à preparação de nossos atletas olímpicos e paraolímpicos para os Jogos Rio 2016. A meta do Plano Brasil Medalhas é permitir que, ao fim dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro, o Brasil esteja classificado, pela primeira vez na história, entre os 10 melhores da competição (BRASIL, 2016, *online*).

Logo, entende-se que o crescimento dos investimentos nos esportes de alto rendimento é uma consequência direta das Olimpíadas de 2016 serem realizadas no Brasil, compondo um legado de tal megaevento. No documento supramencionado, produzido anteriormente ao ano das olimpíadas, há uma previsão de que até 2016 os atletas brasileiros contariam com uma estrutura melhor pra treinar e competir. Já no Guia de Atletas Olímpicos em sua versão de julho de 2016 constata-se que dos 465 atletas que representariam o Brasil nas Olimpíadas, 358 eram beneficiados pelo Bolsa Atleta, o que representa 77% do total competindo. Apesar do programa existir desde 2005 é visto uma intensificação de investimentos deste de 2010 para 2016 como será subelucidado:

Entre 2012 e 2015, o Ministério também investiu na modalidade [atletismo] por meio do Bolsa Atleta [...], foram concedidas no período 1.770 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico, num investimento da ordem de R\$ 22,8 milhões. Com a Bolsa Pódio, foram patrocinados 35 atletas, com investimento de R\$ 5,6 milhões (BRASIL, 2016, *online*).

Entre 2012 e 2016, o Ministério também investiu na modalidade [basquete] por meio do Bolsa Atleta [...], foram concedidas no período 824 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica, num investimento de mais de R\$ 12,6 milhões (BRASIL, 2016, *online*).

Ao longo do ciclo olímpico atual, nove pugilistas [boxeadores] foram contemplados com a Bolsa Pódio, fruto de um investimento total de R\$ 1,8 milhão. Além disso, a Bolsa Atleta somou mais de R\$ 7,3 milhões entre 2012 e 2015, na concessão de 587 bolsas, nas categorias nacional, internacional e olímpica (BRASIL, 2016, *online*).

Por meio do Bolsa Atleta, entre 2012 e 2015, o Ministério investiu R\$ 1,7 milhão na concessão de 129 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica [na modalidade canoagem slalom]. Também foram patrocinados três atletas pela Bolsa Pódio, a mais alta do programa e criada após a eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Rio 2016, num aporte de R\$ 531 mil (BRASIL, 2016, *online*).

Por meio do Bolsa Atleta, entre 2012 e 2015, o Ministério investiu R\$ 5,4 milhões na concessão de 433 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpica [na modalidade canoagem velocidade]. Quatro atletas também foram patrocinados pela Bolsa Pódio, a mais alta do programa e criada após a eleição do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Rio 2016, num aporte de R\$ 960 mil (BRASIL, 2016, *online*).

Entre 2012 e 2015, o Ministério também investiu na modalidade [ciclismo BMX] por meio do Bolsa Atleta. Foram concedidas no período 86 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico, num investimento da ordem de R\$ 1,2 milhão. Por meio da Bolsa Pódio, foram concedidas quatro bolsas, com investimento de R\$ 388 mil entre 2013 e 2016 (BRASIL, 2016, *online*).

Entre 2012 e 2015, o Ministério também investiu na modalidade [ciclismo de estrada] por meio do Bolsa Atleta. Foram concedidas no período 187 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico, num investimento da ordem de R\$ 2,4 milhões (BRASIL, 2016, *online*).

Entre 2012 e 2015, o Ministério do Esporte investiu na modalidade [ciclismo mountain bike] por meio do Bolsa Atleta. Foram concedidas no período 104 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico, num investimento da ordem de R\$ 1,2 milhão. Por meio da Bolsa Pódio, foram concedidas duas bolsas, com investimento de R\$ 141 mil entre 2013 e 2016 (BRASIL, 2016, *online*).

Entre 2012 e 2015, o Ministério também investiu na modalidade [ciclismo de pista] por meio do Bolsa Atleta. Foram concedidas no período 288 bolsas, nas categorias Atleta de Base, Estudantil, Nacional, Internacional e Olímpico, num investimento da ordem de R\$ 3,2 milhões. Por meio da Bolsa Pódio, foram concedidas quatro bolsas, com investimento de R\$ 230 mil entre 2013 e 2016 (BRASIL, 2016, *online*).

Em 2013, o aporte de R\$ 1,1 milhão foi destinado a um estágio [de Esgrima] na Europa durante oito meses e à participação em competições internacionais. Com a Bolsa Pódio, dois esgrimistas foram beneficiados ao longo do ciclo olímpico, em um investimento de R\$ 126 mil. Outro atleta, na categoria paralímpica, também foi contemplado com os recursos (R\$ 360 mil). Já na Bolsa Atleta, foram mais de R\$ 6,5 milhões investidos entre 2012 e 2015. Assim, 428 bolsas foram concedidas às categorias base, nacional, internacional e olímpica/paraolímpica (BRASIL, 2016, *online*).

Entre outras modalidades contempladas como vôlei, vôlei de praia, vela, triatlo, tiro esportivo, tiro com arco, tênis de mesa, tênis, taekwondo, saltos ornamentais, rúgbi, remo, polo aquático, pentatlo, natação, maratona aquática, nado sincronizado, luta olímpica, levantamento de peso, judô, hóquei sobre a grama, hipismo, handebol, golfe, ginástica

rítmica, de trampolim, artística e futebol, além de atletas e modalidades paralímpicas (mais de 1200 paratletas contemplados).

É possível observar, a partir dos documentos analisados e disponibilizados no portal da Secretaria Especial do Esporte, que as políticas públicas de esporte tiveram destaque nos anos pré Jogos Olímpicos, mas que estas versaram, sobretudo, sobre o esporte de alto rendimento, em detrimento do esporte educacional e esporte como lazer. MARANI *et al* (2018) entrevistaram pesquisadores da área do lazer, um deles foi ISAYAMA. Uma de suas falas ressaltadas ilustra o supramencionado quando afirma que “[...] cada vez mais, o financiamento e políticas estão sendo canalizadas para as políticas públicas relacionadas ao esporte de alto rendimento” (MARANI *et al*, 2018, p. 355). Mesmo que, como colocado por CASTRO e SOUZA (2015, p. 512) a realização dos Jogos Rio 2016 tenha sido apontada como “uma forma de impulsionar o esporte educacional no Brasil.” A partir da análise de tais autores e o que é possível observar a partir da nossa busca documental as propostas que contemplam este tipo de esporte foram: Programa Segundo Tempo, Programa Mais Educação, Programa Rio Olímpico e o Programa Atleta na Escola.

Outro legado a ser pontuado na pauta dos atletas é o controle de dopagem ou só “doping”.

Uma das exigências para o Brasil sediar os Jogos Olímpicos e os Jogos Paralímpicos de 2016 foi a criação de uma organização nacional antidopagem. Assim, em 30 de novembro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff assinou o decreto no 7.630, que criou a Autoridade Brasileira de Controle de Dopagem (ABCD). Integrada ao Ministério do Esporte, a ABCD é um dos grandes legados para o país com a realização dos Jogos de 2016. A entidade é a responsável pela implementação de uma política nacional de prevenção e de combate à dopagem – prática antiética de atletas que fazem uso de substâncias e métodos proibidos, dentro e fora de competições, para potencializar o desempenho (BRASIL, 2016, *online*).

O Laboratório Brasileiro de Controle de Dopagem (LBCD) passou a ser o 34º do mundo acreditado pela WADA (agência mundial antidopagem) e é o segundo na América do Sul.

O prédio foi construído graças ao investimento de R\$ 134 milhões do governo federal. Foram R\$ 106 milhões do Ministério do Esporte e R\$ 28 milhões do Ministério da Educação. Além disso, o Ministério do Esporte investiu outros R\$ 54 milhões para a compra de equipamentos e materiais para a operação do laboratório.

Em 2013 foi criado o programa Atleta na Escola, motivado principalmente pela Copa do Mundo de Futebol de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O Brasil irá sediar, em 2014, a Copa do Mundo de Futebol e, em 2016, as Olimpíadas e Paraolimpíadas. [...] O Programa ATLETA NA ESCOLA tem como objetivo incentivar a prática esportiva nas escolas, democratizar o acesso ao esporte, desenvolver e difundir valores olímpicos e paraolímpicos entre estudantes da educação básica, estimular a formação do atleta escolar e identificar e orientar jovens talentos.

Já em 2013, o programa teve a adesão de 22.928 escolas de 4.554 municípios em todos os estados e no Distrito Federal (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018), entretanto não é possível encontrar mais dados atualizados acerca do desenvolvimento do Atleta na Escola.

Em um documento desenvolvido pelo Comitê Paralímpico Brasileiro acerca dos Centros de Iniciação ao Esporte (CIE) é pontuada a possibilidade de aproveitar oportunidades geradas pela realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos realizados no Brasil em 2016. Estas oportunidades são compreendidas pelo estudo em questão como legados, uma vez que a leitura realizada pela autora é de quaisquer consequências ou cenários positivos ou negativos gerados a partir de um megaevento esportivo devem ser entendidas como legados.

Os legados de mais relevância apontados são o impacto no recrutamento e identificação de talento, ampliação da capilaridade do esporte paralímpico, mudança da percepção da sociedade em relação às pessoas com deficiência, o que é denominado por eles de *awareness* (estar atento/ciente) e eficácia das políticas públicas e legislação pertinente. O tópico dos legados sociais é finalizado com a frase “Rio 2016 é um catalisador e não um ponto final”.

O legado esportivo, sobretudo o qual vai ao encontro das políticas e discursos supramencionados, é interpretado objetivamente por ALMEIDA, MEZZADRI e JÚNIOR (2009, p. 188):

É comum vermos políticas de governo que utilizam deste discurso [esporte como meio de] resolver “as mazelas sociais”] para implantar programas sociais esportivos cujos profissionais devem “exercer as funções ditas “sociais” – isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado”.

Mesmo o esporte de alto rendimento, incluindo aí o esporte olímpico e profissional, com suas aspirações que incluem os megaeventos, podem ser observados como estando na mão esquerda do Estado brasileiro quando, mesmo “sem dispor de todos os meios necessários”, as suas conquistas internacionais são acompanhadas de discursos que enaltecem o esforço de cidadãos de uma nação, numa tentativa de resgatar o descrédito e a descrença de uma população com dificuldades múltiplas.

É crucial pontuar que a leitura e expectativa do Comitê Paralímpico Brasileiro acerca do planejamento e dos Jogos de 2016 é sectária, ou seja, é realizada a partir de um ponto de vista parcial de uma autoridade administrativa e idealizadora das Olimpíadas. Entretanto, a frase supramencionada é uma síntese razoável da relação de megaeventos e legados esportivos que deve ser compreendida pela sociedade civil e pela sociedade executiva e governamental: os Jogos Olímpicos e megaeventos de modo geral são catalisadores de melhorias, ou seja, fazem com que elas ocorram mais rapidamente e em maior intensidade, mas isso não é o ponto final. Essa afirmação vem no sentido de elucidar as perspectivas do que sediar um megaevento pode proporcionar.

LEIS

A Lei n. 12.395, de 16 de mar. de 2011, instituiu inúmeras alterações de leis, artigos e revogou a lei. 6354. Tais modificações foram realizadas no ano posterior à eleição do Brasil como sede dos Jogos Olímpicos. A lei nº9.615, de 24 de março de 1998, passou a vigorar com as seguintes modificações:

Art. 5º Os recursos do Ministério do Esporte serão aplicados conforme dispuser o Plano Nacional do Desporto, observado o disposto nesta Seção.

§ 3º Caberá ao Ministério do Esporte, ouvido o CNE, nos termos do inciso II do art. 11, propor o Plano Nacional do Desporto, decenal, observado o disposto no art. 217 da Constituição Federal.

O PND foi estabelecido pela supramencionada Lei Pelé, de 1998, e foi revisto e alterado pela primeira vez na lei n. 12.395, de 2011. Logo, como visto acima, o PND passou a ser responsabilidade do então Ministério do Esporte, assim como o dever de projetar metas, estratégias e destinação dos recursos públicos. Isto é, nas alterações pontuadas no Art. 5 da lei n. 9.615, ou Lei Pelé, definir as linhas gerais para que o PND atuasse como principal instrumento de política esportiva. Também foram realizadas modificações e adendos também no artigo 14, que versa exclusivamente sobre competências do Comitê Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, COB e CPB respectivamente.

Art. 14. O Comitê Olímpico Brasileiro - COB, o Comitê Paraolímpico Brasileiro - CPB e as entidades nacionais de administração do desporto, que lhes são filiadas ou vinculadas, constituem subsistema específico do Sistema Nacional do Desporto.

§ 1º Aplica-se aos comitês e às entidades referidas no caput o disposto no inciso II do art. 217 da Constituição Federal, desde que seus estatutos estejam plenamente de acordo com as disposições constitucionais e legais aplicáveis.

§ 2º Compete ao Comitê Olímpico Brasileiro - COB e ao Comitê Paraolímpico Brasileiro -CPB o planejamento das atividades do esporte de seus subsistemas específicos.

Entende-se que medidas como as supramencionadas são tomadas no sentido de condensar e sistematizar os poderes e a competências destes. Essas são ações que facilitam a fiscalização das ações, metas, estratégias e aplicação de recursos. Nesse sentido há dois trechos do documento disponibilizado pela Câmara dos Deputados a serem pontuados:

De acordo com dados do Relatório de levantamento do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o Sistema Nacional do Desporto (TC 021.654/2014-0), a principal fonte de recursos do esporte olímpico e paraolímpico brasileiro é o percentual da arrecadação bruta das loterias federais destinado ao COB, CPB e CBC, previsto na Lei Agnelo/Piva. Parte desses recursos é repassado às confederações, que podem investir na preparação de atletas, participação em competições, compra de materiais e equipamentos, além de contratação de pessoal.

Ressalta-se que em fiscalização realizada pelo TCU com o objetivo de avaliar a regularidade da aplicação dos recursos da Lei Agnelo/Piva (TC 023.922/2015-0),

foram apontadas irregularidades praticadas por entidades integrantes do Sistema Nacional do

Desporto (sistema responsável pelo esporte de rendimento), no uso desses recursos públicos. Esses apontamentos evidenciam a necessidade e a relevância de uma gestão adequada nas entidades de administração do desporto para que os recursos investidos se transformem em resultados efetivos para o esporte de alto rendimento.

DESIGUALDADE SOCIAL

Se por um lado os Jogos Olímpicos se transformaram em uma importante commodity cultural para a governança urbana empreendedora, capaz de mudar a cidade conforme os interesses do capital, por outro, não faltam exemplos de mau uso dos recursos públicos, de violação dos direitos humanos e sociais universalmente garantidos a todos os cidadãos (MATIAS e MASCARENHAS, 2015, p. 238).

Como supramencionado, os megaeventos produzem os chamados “legados” que podem ser, entre inúmeros outros recortes, positivos ou negativos. Compreendemos que a desigualdade social é um legado negativo provocado comumente pelos megaeventos esportivos, uma vez que estes reforçam uma lógica capitalista, hierárquica e homogeneizadora. Acreditamos que seria incoerente não realizar um recorte para a desigualdade social enquanto legado, por um lado por ser algo de grande impacto e por outro porque, enquanto profissionais de Educação Física, vemos que é necessário cada vez mais nossa área dialogar com as questões socioculturais que permeiam nossa prática, nossa vivência e os corpos que atuamos com.

Ao subverter a lógica de que souvenirs devem vender o que já existe de positivo ou projetar expectativas de um futuro desejado, um artista carioca gerou, às vésperas da Rio-2016, grande polêmica ao colocar à venda souvenirs diferentes dos descritos acima. “Rafucko apresentou tais produtos ao público no que ele chamou de “Monstruário 2016: a loja de antissouvenirs do Rio de Janeiro para as Olimpíadas”. Em um vídeo de lançamento da loja, o “ativista” exibiu e contextualizou os produtos que faziam parte da exposição inaugurada no Centro Cultural Hélio Oiticica:

Esses daqui são os cartões postais. [...] Um deles é o do *apartheid*, que são jovens negros sendo revistados em frente aos anéis olímpicos. E tem esse daqui que é uma foto da Vila Autódromo, uma comunidade removida forçadamente [...]. Vem com um pedacinho original de muro da Vila Autódromo. Esse daqui tá custando cinco reais, o outro é cortesia. A gente tem também as Havaianas customizadas com estampa de jovens negros sendo revistados na frente do ônibus a caminho da praia. Tá custando 30 reais. A gente tem o carrinho de brinquedo fuzilado pela PM do Rio de Janeiro. São 111 tiros e custa 111 reais. A gente tá vendendo também o livro *Vencendo as adversidades*. É a autobiografia da Deize Carvalho que é uma mãe que perdeu o filho morto e torturado no Degase¹¹. Tem o quebra-cabeça Costa Barros [...] forma essa imagem [...] de carro fuzilado 111 vezes pela Polícia Militar. São 111 peças. Esse daqui é o item mais procurado: é a caneca do Beltrame. Tá custando 40 reais. [...] Aqui qualquer bebida fica intragável. E tem os mascotes de pelúcia para a criançada. [...] O Tratorzão, responsável pelas demolições e remoções ilegais. E o Caveirinho de pelúcia que é o caveirão, o carro do Bope¹² que mata. Para finalizar, a gente tem também os pratos decorativos. Tem três estampas. Uma é o uniforme do Bope para conter as manifestações. A outra é o logotipo oficial do

Bope. E uma comemorativa da ocupação do Exército na Maré. E tem o pano de prato do Globo que é uma capa do Jornal com [...] a nota que saiu quando cinco meninos foram fuzilados pela polícia militar do Rio de Janeiro. O Mostruário 2016 está aberto até 21 de maio para visitação aqui no Centro Cultural Hélio Oiticica e a gente espera vocês virem conferir os antissuvenires que refletem a realidade do Rio de Janeiro (*falas de Rafucko* em MEDEIROS e MENEZES, 2016, p. 665).

Na biografia das duas favelas turísticas, o capítulo em cores começou a ser escrito em 2010. Na Rocinha, segundo o Ministério do Planejamento, foram gastos R\$ 278,8 milhões (R\$ 156,5 milhões do governo federal e R\$ 122,3 milhões do estado) com as obras do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que incluíram, entre outros, um complexo esportivo, uma passarela projetada por Oscar Niemeyer, uma biblioteca comunitária, a urbanização e o alargamento de ruas e a criação de um conjunto de nove prédios com 144 apartamentos. Esses novos prédios, assim como uma série de casas localizada na entrada da Rocinha, foram pintados com cores vibrantes, formando um corredor colorido que conduz o fluxo turístico na favela (MEDEIROS e MENEZES, 2016, p. 658).

Já no caso do Santa Marta, até 2014 haviam sido pintadas algo como 450 edificações - número comparativamente maior do que na Rocinha - graças a uma parceria do governo do estado com a empresa de Tintas Coral (MEDEIROS e MENEZES, 2016).

Os elementos excluídos de um projeto urbanístico para os megaeventos são os próprios habitantes, que reemergem em 2013 ocupando as ruas em todo o Brasil para exercer diretamente seu direito à cidade. Talvez uma das situações de exclusão mais emblemáticas, pois põe em prática de modo contundente aquela desapropriação dos sujeitos em prol dos objetos de que falava Certeau, seja nesse caso a remoção das populações pobres de áreas de interesse imobiliário, nas doze cidades-sede da Copa do Mundo 2014 e, para as Olimpíadas de 2016, no Rio de Janeiro (PROVASI, 2016).

É nítido, e assim as autoras supramencionadas também pontuam, que tais mudanças e o colorido da favela é uma manobra de comercialização das periferias, que antes, sem cor, ruas largas e complexo esportivo, não eram passíveis de serem vistas e admiradas por *gringos*. É um ato de transformar o que foi periférico e invisibilizado durante toda sua existência em algo significativo e interessante. É tornar consumível, não só a imagem da “favela”, mas também quem vive nela, como é possível observar nesse trecho de CASTILHO *et al* (2018, p. 6):

Os turistas, na sua maioria, europeus e norte-americanos – é sempre relevante lembrar que as seleções da Itália, Alemanha, Croácia, Estados Unidos realizaram suas partidas em Recife – aproveitam dessa posição de desigualdade global, – não somente a pobreza, mas uma série de vantagens das quais a população local é alijada – para ter acesso ao TS com mulheres e crianças.

E na mesma lógica, pode-se observar que o que não é passível de consumo, é invisibilizado, como na chamada “Chacina do Pan”. O autor FILHO (2016, p. 116) afirma que esse ato equalizador foi “o efeito de uma conjugação de forças que fez uso da realização do megaevento esportivo Jogos Pan Americanos para intensificar a agenda repressiva e exterminadora do Estado contra as classes pobres marginalizadas”.

Entendemos, aqui, que não deixa de ser constituído um legado positivo quando olhamos pra tal recorte dos mais de 270 milhões investidos na Rocinha, assim como a urbanização, biblioteca e criação de conjunto de prédios. Não acreditamos que é possível fazer uma leitura dicotômica dos investimentos, descartando-os por serem motivados por um sistema regido, sobretudo pelo mercado. Por outro lado, compreendemos a existência do legado positivo ao mesmo tempo de que compreendemos a tão grande importância de pontuar que ainda assim não deixam de existir tensões, desigualdade e invisibilidade da população que vive nesses locais.

Foram relatadas denúncias sobre: as remoções forçadas e restrições ao direito à moradia; a criminalização dos movimentos sociais e populares; o aumento da violência contra a mulher; a maior precarização das condições de trabalho das artesãs, barraqueiras, comerciantes e ambulantes; a intensificação da jornada de trabalho das costureiras das “lembrancinhas do mundial”, ou seja, a exploração do trabalho das mulheres através do aprofundamento do subemprego ou da má remuneração; o aumento da violência policial e de suas abordagens sexistas; a realização de obras de infraestrutura que não melhoram a vida na periferia e colocam em risco o seu direito à cidade e acesso aos serviços públicos; e a mercantilização da vida e dos corpos, com o aumento do tráfico de pessoas e da exploração sexual das mulheres, jovens e crianças (ANCOP, 2014, p.4).

Mais recentemente, a conexão entre megaeventos esportivos e trabalho sexual encontrou expressão em um pânico sobre um aumento no tráfico sexual de mulheres e crianças em prostituição forçada durante esses períodos (RICHTER *et al*, 2014, p. 1). Na pesquisa de RICHTER *et al* houveram 64 voluntários e voluntárias profissionais do sexo que escreveram relatos antes, durante e após a Copa do Mundo de 2010, acerca de suas esperanças durante o megaevento estavam aumento na base de clientes, renda e proteção da polícia, entretanto, foi pontuada que houve um movimento crescente das ameaças, prisões e assédio policial. Uma das voluntárias inclusive relata que: “a única coisa que me preocupa é o que os policiais estão constantemente nos dizendo é que em breve, vão nos buscar e nos manter presas até a Copa do Mundo terminar.”.

Os autores VILANI e MACHADO (2015, p. 4) afirmam que pensar o impacto dos megaeventos esportivos nas cidades é pensar a existência de uma “configuração urbana e das dinâmicas políticas, socioeconômicas e culturais que direcionam e são direcionadas para uma nova cidade, com novas feições e atores beneficiados e excluídos”. Logo, compreendemos que, devido *também* a luta de forças presentes nas relações organizativas, a cidade e país sede são montadas a partir de necessidades alheias, que não da população ou da nação em que se realizam os jogos e competições. Reafirmamos: é devido uma lógica capitalista e elitista que os legados produzidos para população são inconsistentes e passíveis de inúmeras críticas: porque, por mais que haja o desenvolvimento de programas, projetos e moradias, tudo que é produzido passa a se tornar consumível por quem possui maior poder.

Essa relação, que pode parecer intangível, se tornar visível ao olhar para o movimento do planejamento urbano, ou, como supramencionado urbanismo olímpico. Autores como VILANI e MACHADO (2015), olham para o chamado urbanismo olímpico e afirmam que:

A partir dos Jogos Pan-Americanos é possível identificar a consolidação de uma nova centralidade no planejamento urbano carioca; a Barra da Tijuca, região socialmente privilegiada que tem concentrado a maior parte dos investimentos, caracterizando um modelo excludente e segregador do ponto de vista socioespacial (VILANI e MACHADO, 2015, p. 4).

A mesma lógica pode ser observada na citação submencionada de ANCOP (2014, p. 27):

Se a questão habitacional no Brasil já é grave por si só, a realização da Copa do Mundo 2014 em doze cidades e das Olimpíadas 2016 no Rio de Janeiro agrega um novo elemento: grandes projetos urbanos com extraordinários impactos econômicos, fundiários, urbanísticos, ambientais e sociais. Dentre estes últimos sobressai a remoção forçada, em massa de cerca de 250.000 pessoas.

Alguns autores sugerem caminhos para as problemáticas levantadas no tópico em questão. RICHTER *et al* (2014, p. 6) sugerem que “seria prudente para futuras campanhas e trabalho policial na área do trabalho sexual e direitos humanos focar nos aspectos menos sensacionais, mas mais urgentes do setor sexual, sobretudo sobre os fatores estruturais que restringem a saúde, segurança e meios de subsistência dos trabalhadores sexuais diariamente.” O autor CURI (2013, p. 78) coloca que:

O próprio estádio poderia ser um espaço de lazer e esporte para a população residente. O Engenhão possui dois campos de futebol e pistas de atletismo, entretanto o estádio foi alugado ao clube Botafogo Futebol e Regatas e não é aberto aos moradores durante a semana. Outro legado poderia ser a valorização das casas e terrenos ao redor do estádio.

Por fim, acreditamos que um trecho de FILHO (2016, p. 116) traz, em suma, o exposto no tópico em questão:

A questão que levantamos não é a de apontar possíveis culpados ou inocentes, mas de colocarmos em análise o contexto no qual tornar-se possível – e, infelizmente, até “natural” – que a realização de megaeventos esportivos sirvam como desculpa para intensificação e criação de políticas públicas de repressão e extermínio dos pobres. Do mesmo modo que o Estado do Rio de Janeiro possui hoje, vide Copa de 2014 e Olimpíadas de 2016, um agenda esportiva, há, também, uma agenda de criminalização da pobreza e dos movimentos sociais (FILHO, 2016, p. 116).

Conclusão

A pesquisa buscou analisar os legados dos megaeventos esportivos no âmbito nacional, trazendo uma reflexão em oposição aos discursos simplistas e midiáticos e com diálogo com as políticas públicas de esporte, saúde e lazer desenvolvidas. Nessa perspectiva, podemos inferir que os megaeventos esportivos são, sem dúvidas, catalisadores de impactos no país e, sobretudo, cidade na qual se realiza o evento, chamada de cidade-sede. Compreendemos que os impactos supramencionados são os legados, que se manifestam em toda esfera político-social, sendo positivos ou negativos, tangíveis e intangíveis – e que estes ocorrem exclusivamente devido ao megaevento. Entretanto, para os autores analisados, faltou participação ativa da sociedade civil, assim como aproximação à Educação Física em si, bem como a revitalização e um olhar voltado às partes periféricas da cidade. Constatou-se também que os custos financeiros de megaeventos são pequenos se comparados com o PIB de uma grande nação, fazendo com que os Jogos Olímpicos e Copas do Mundo representem bom custo-oportunidade, porém, isso não se concretiza na prática. A bibliografia analisada reconhece que, no que se refere às políticas públicas desenvolvidas, há um desafio no equilíbrio de forças - públicas, privadas, corporativas e terceiro setor- que se manifesta no não desenvolvimento de políticas abrangentes e contínuas, mesmo que no “discurso de legados” seja colocado tal intenção.

Logo, não é possível limitar a análise a partir de uma só face, uma vez que os megaeventos esportivos são fenômenos multidimensionais e que possuem inúmeras forças atuantes. Sendo assim, afirmamos que não há, de modo geral, certo ou errado, não há vilão ou herói e, sobretudo, não há receita ou caminho ideal a seguir quando se trata de megaeventos esportivos. É possível observar, na análise, soluções sugeridas para problemáticas que surgiram durante e após os megaeventos esportivos. Acreditamos também que, ao se destacar incoerências no planejamento e discursos dos legados, se torna mais plausível a resolução destas, mesmo que afirmemos que não há exatidão a ser seguida em fenômenos como o aqui estudado.

Acima pontuamos que “de modo geral” não há certo ou errado, entretanto esse trecho necessita de destaque, uma vez que realizamos recortes e compreendemos que lesão dos direitos humanos, falta de transparência – seja com protocolos financeiros ou planejamentos e possibilidades de atuação -, atravessar a autoestima da população e, por fim, desfalque financeiro decisivo são problemáticas que vão de encontro com as motivações dos megaeventos esportivos e que, portanto, podem ser compreendidas como errôneas.

A partir da análise dos dados se tornou nítido que a maior questão que envolve quaisquer tipos de eventos é a dinâmica atual de sociedade. Isto é, qualquer evento lida com um jogo de forças decisivo, e nesse jogo quem ganha, atualmente, é o mercado. Sendo assim, por mais que haja um grande desenvolvimento de políticas públicas, um planejamento fundamentado em teoria e prática, apoio da população e “espírito olímpico”, o saldo final vai pender para o que é rentável e consumível, porque hoje é o único caminho de manter uma sociedade e uma nação funcionando. Em suma, entendemos que existem caminhos e reflexões a serem feitas que podem tornar os megaeventos mais benéficos para a população e para o país-sede, mas esperar excelência é incoerente, uma vez que não cabe, em nosso modo de sociedade, atender todas as esferas nas quais o megaevento está inserido.

Uma das limitações desse estudo foi a falta de consistência dos materiais disponíveis nos portais de consulta pública, como o site da Secretaria Especial do Esporte e do Ministério da Saúde, o que dificultou nossa análise, assim como o baixo quantitativo de estudos acerca de políticas públicas e legados desenvolvidos no âmbito da saúde, sobretudo no Brasil. Outra limitação encontrada no desenvolvimento da pesquisa foi a falta de preparo da autora com linguagem e identificação de dados de relatórios e documentações públicas, uma vez que estes são em formato distinto de artigos e livros e exigem outra dinâmica para leitura e análise. A coerência entre o objetivo principal do estudo e o desenvolvimento da pesquisa também pode ser considerada um fator limitante, tendo em vista o fato do estudo ter tomado outra forma, trazendo menos dados objetivos acerca das políticas públicas desenvolvidas e mais reflexões acerca dos megaeventos e políticas públicas enquanto fenômeno. Outra

Referências

ALMEIDA, Bárbara Schausteck de; MEZZADRI, Fernando Marinho; MARCHI JÚNIOR, Wanderley. CONSIDERAÇÕES SOCIAIS E SIMBÓLICAS SOBRE SEDES DE MEGAEVENTOS ESPORTIVOS. **Motrivivência**, Florianópolis, p. 178-192, 2010.

ALVARENGA FILHO, José Rodrigues. A “Chacina do Pan” e a produção de vidas descartáveis. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 111-117, Apr. 2016.

AMARAL, Silvia Cristina Franco et al . A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaeventos esportivos no Brasil. **Soc. estado.**, Brasília , v. 29, n. 2, p. 637-660, Aug. 2014 .

ANCOP. Dossiê Megaeventos e Violações dos Direitos Humanos no Brasil. Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa, 2014

AZZI, Veronica F.. Security for Show? The Militarisation of Public Space in Light of the 2016 Rio Olympic Games. **Contexto int.**, Rio de Janeiro , v. 39, n. 3, p. 589-607, Dec. 2017 .

BRASIL. Ministério do Esporte. 2016. *Online*.

CARDOSO, B. V. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E MODERNIZAÇÃO TECNOLÓGICA: PLANOS E DISCURSOS SOBRE O LEGADO EM SEGURANÇA PÚBLICA. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 19, n. 40, p. 119-148, 2013.

CASTILHO, César Teixeira et al . Turismo sexual infanto-juvenil em xeque no contexto da Copa do Mundo de 2014. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis , v. 26, n. 2, e46056, 2018 .

CASTRO, Suélen Barboza Eiras de; SOUZA, Doralice Lange de. Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016: propostas para o esporte educacional, de participação e de rendimento. **Rev. bras. educ. fís. esporte**, São Paulo , v. 29, n. 3, p. 507-518, Sept. 2015 .

COAKLEY J.; SOUZA D. L. Legados de megaeventos esportivos: considerações a partir de uma perspectiva crítica. **Revista Brasileira de Educação Física e Esporte**, v. 2, n.4, 2015.

COAKLEY, Jay; SOUZA, Doralice Lange. Sport mega-events: can legacies and development be equitable and sustainable?. **Motriz: rev. educ. fis.**, Rio Claro , v. 19, n. 3, p. 580-589, Sept. 2013

CURI, Martin. A disputa pelo legado em megaeventos esportivos no Brasil. **Horiz. antropol.**, Porto Alegre , v. 19, n. 40, p. 65-88, Dec. 2013

DA SILVA, A. F.; STAREPRAVO, F. A. Megaeventos esportivos, legados, educação física e escola: a perspectiva de acadêmicos de Educação Física. **Licere**, Belo Horizonte, v. 20, n.1, 2017.

DaCOSTA, Lamartine Pereira; MIRAGAYA, Ana. **Estado da Arte do Conhecimento sobre Legados de Megaeventos Esportivos no Exterior e no Brasil**. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

FERREIRA, Luciana Brandão et al . Economic and image impacts of summer Olympic games in tourist destinations: a literature review. **TMStudies**, Faro , v. 14, n. 3, p. 52-63, set. 2018 .

MEDEIROS, Bianca Freire; MENEZES, Palloma Valle. As viagens da favela e a vida social dos suvenires. **Soc. estado.**, Brasília , v. 31, n. 3, p. 651-670, Dec. 2016 .

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MARANI, V. H. et al. Aproximações entre políticas públicas de lazer e megaeventos esportivos: um olhar a partir de pesquisadores brasileiros do lazer / Approaches between public policy and recreational sports mega-events: a view from brazilian researchers leisure. **Licere**, p. 345-366, Set, 2018.

MARCONI, M. A., & LAKATOS, E. M. (2003). Fundamentos de metodologia científica (5. ed.). São Paulo: Atlas.

MARINHO, A; NASCIMENTO, J. V.; OLIVEIRA, A. B. (Org). **Legados do esporte brasileiro**. Florianópolis: UDESC, 2014.

MATIAS, Wagner Barbosa; MASCARENHAS, Fernando. Jogos Olímpicos Rio 2016: vencedores e perdedores. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 27, n. 45, p. 230-246, set. 2015.

MENDES, Karina Dal Sasso; SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira; GALVAO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto contexto - enferm.**, Florianópolis , v. 17, n. 4, p. 758-764, Dec. 2008 .

MEZZADRI, F.M. *et al.* El panorama de las políticas públicas del deporte en Brasil. **Revista Observatorio del Deporte ODEP**, v. 2, p. 163-185, 2016.

NETTO, Michel Nicolau. O DISCURSO DO MARKETING DE LUGAR E OS GRANDES EVENTOS. **Cad. CRH**, Salvador , v. 29, n. 78, p. 495-512, Dec. 2016 .

OLIVEIRA, N. R. C.; UVINHA, R. R. **Projeto do centro de desenvolvimento de pesquisa em políticas de esporte e de lazer da Rede Cedes**” do estado de São Paulo. São Paulo: UNIFESP, USP, 2015 (mimeo).

PINTO, L. M.S.M. Construindo políticas públicas de lazer no Brasil. In: TONDIN, G.; VIDAL, J.R.; FEIX, E. (Org.). **11º Seminário nacional de políticas públicas de esporte e lazer**. Porto Alegre: CORAG, 2013.

POYTER, G. **Regeneração urbana e legado olímpico de Londres 2012**. In: DACOSTA *et al.* (Ed.) Legados de megaeventos esportivos. Brasília: Ministério do Esporte, 2008.

PRONI, Marcelo Weishaupt. OBSERVAÇÕES SOBRE OS IMPACTOS ECONÔMICOS ESPERADOS DOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 32-33, p. 49-70, out. 2010.

PROVASI, Beatriz. Atos como Performance na Ocupação do Espaço Urbano: contra um modelo de cidade para os megaeventos. **Rev. Bras. Estud. Presença**, Porto Alegre , v. 6, n. 3, p. 429-459, Dec. 2016 .

REIS, Cláudio José Oliveira dos; CABRAL, Sandro. Parcerias público-privadas (PPP) em megaeventos esportivos: um estudo comparativo da provisão de arenas esportivas para a Copa do Mundo Fifa Brasil 2014. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro , v. 51, n. 4, p. 551-579, Aug. 2017 .

RIBEIRO, Luiz Carlos. Por uma análise social e política dos megaeventos esportivos no Brasil. **Cienc. Cult.**, São Paulo , v. 66, n. 2, p. 27-30, June 2014 .

RICHTER et al. 'There are a lot of new people in town: but they are here for soccer, not for business' a qualitative inquiry into the impact of the 2010 soccer world cup on sex work in South Africa. **Global Health**, Edinburgh. v. 10, 2014.

RIO 2016. **Jogos Olímpicos e Paralímpicos**. Disponível em: <<http://www.rio2016.org>>.

ROBINSON *ET AL*. Rio 2016 Olympic Games And The Social Impacts Of Megaevents: A Qualitative Study. **Licere**, Belo Horizonte, v.20, n.3, p. 348-366, set/201

ROETTIGERS, Cássia. **Os Megaeventos Esportivos como Ferramenta para a Promoção Internacional do seu País Sede: O Caso Do Brasil**. 2013.

ROMANO *et al*. Megaeventos Esportivos: Uma reflexão sobre os Legados da UEFA Eurocopa. **Podium Sport Leisure and Turism Review**. São Paulo, v. 4, n. 3, Set/Dez. 2015

SILVA, Mauricio Roberto da; PIRES, Giovani De Lorenzi; MELO, Marcelo De Paula. O mundo do trabalho, os megaeventos esportivos e a crise estrutural do capital. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 36, p. 7-25, nov. 2011.

SOUZA, A.P.P. *et al.*. Megaeventos esportivos: competições esportivas ou políticas/econômicas? **Motrivivência**, v. 25, n.41, p. 101-114, 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Relações Internacionais) - Universidade do Sul de Santa Catarina, 2013.

SOUZA, Doralice Lange de; PAPPOUS, Sakis. Legados esportivos de megaeventos esportivos: uma revisão da literatura. **Motrivivência**, Florianópolis, n. 41, p. 42-56, nov. 2013.

TAVARES, O. Megaeventos. In: GONZALEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P; E. **Dicionário crítico de educação física**. 3.ed. Ijuí: Editora Unijuí, 2014.p.443-448.

TOLEDO, Renata Maria; GRIX, Jonathan; BEGA, Maria Tarcisa Silva. Megaeventos esportivos e seus legados: uma análise dos efeitos institucionais da eleição do Brasil como país-sede. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba , v. 23, n. 56, p. 21-44, Dec. 2015 .

UVINHA, R. R. **Lazer e hospitalidade: megaeventos esportivos**. In: MARCELLINO, N.C.; [ISAYAMA](#), H.F. (Org.). Enarel 25 anos de história. Campinas, SP: Autores Associados, 2014. p.265-276.

UVINHA, Ricardo Ricci et al . Sport tourism: a comparative analysis of residents from Brazil and Hong Kong. **Rev. Bras. Pesq. Tur.**, São Paulo , v. 12, n. 1, p. 180-206, Jan. 2018 .

VIANA, Lucio Hanai Valeriano. A ideologia na produção do espaço: os megaeventos como agentes difusores da ideologia (neo)liberal. **Cad. Metrop.**, São Paulo , v. 21, n. 44, p. 79-97, Apr. 2019 .

VILANI, Rodrigo Machado; MACHADO, Carlos José Saldanha. The impact of sports mega-events on health and environmental rights in the city of Rio de Janeiro, Brazil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 31, supl. 1, p. 39-50, Nov. 2015 .

ANEXO A - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA



COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA



São Paulo, 08 de novembro de 2019
CEP N° 5603151019

Ilmo(a). Sr(a).
Pesquisador(a): Nara Rejane Cruz De Oliveira
Depto/Disc: Ciências Do Movimento Humano
Prof. Dra. Nara Rejane Cruz De Oliveira (orientador)

Título do projeto: "POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER: ANÁLISE DOS IMPACTOS E LEGADOS DOS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO CONTEXTO DA SAÚDE, DO ESPORTE E DO LAZER NO BRASIL".

Parecer Consubstanciado do Comitê de Ética em Pesquisa UNIFESP/HSP

Trata-se de projeto com a participação do aluno de graduação, CAMILLE CONTRERAS MARTINS MONTEIRO DA COSTA MESQUITA. Orientadora: Profa. Dra. Nara Rejane Cruz de Oliveira, Docente dos módulos de Metodologia Científica nos cursos de graduação em Educação Física, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e Terapia Ocupacional Departamento de Ciências do Movimento Humano.

Coloca-se como objetivo geral analisar as políticas públicas de saúde, esporte e lazer, no contexto dos legados e impactos dos megaeventos esportivos ocorridos na última década no Brasil. Entre os objetivos específicos está analisar as políticas públicas desenvolvidas pelo Ministério do Esporte, no que tange ao desenvolvimento do esporte, lazer e saúde, associadas à realização dos megaeventos esportivos ocorridos entre os anos de 2007 e 2016; analisar a produção científica brasileira referente aos legados e impactos dos megaeventos esportivos, especialmente no contexto brasileiro; mapear a produção científica internacional sobre legados dos megaeventos, a fim de analisar sob uma perspectiva ampliada e investigar as concepções de legados dos megaeventos esportivos entre profissionais da área de saúde, esporte e lazer. Entende-se que estudos como esse podem proporcionar dados comparativos entre a expectativa acerca dos megaeventos ocorridos no Brasil nos últimos anos e o que realmente ocorreu, além de fomentar o crescimento da produção e maior socialização de conhecimento na área.

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo, na reunião de 24/10/2019, **ANALISOU** e **APROVOU** o protocolo de estudo acima referenciado. A partir desta data, é dever do pesquisador:

1. Comunicar toda e qualquer alteração do protocolo.
2. Comunicar imediatamente ao Comitê qualquer evento adverso ocorrido durante o desenvolvimento do protocolo.
3. Os dados individuais de todas as etapas da pesquisa devem ser mantidos em local seguro por 5 anos para possível auditoria dos órgãos competentes.
4. **Relatórios parciais** de andamento deverão ser enviados **anualmente** ao CEP até a conclusão do protocolo.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Miguel Roberto Jorge

Coordenador do Comitê de Ética em Pesquisa da
Universidade Federal de São Paulo/Hospital São Paulo